

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA
NÚCLEO DE GESTÃO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Marcela Santos de Souza Almeida

ANÁLISE COMPARATIVA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO
BRASIL E DA CHINA A PARTIR DE SEUS PADRÕES DE INSERÇÃO
EXTERNA ENTRE OS ANOS DE 1980 E 2010.

Caruaru
2015

Marcela Santos de Souza Almeida

ANÁLISE COMPARATIVA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO
BRASIL E DA CHINA A PARTIR DE SEUS PADRÕES DE INSERÇÃO
EXTERNA ENTRE OS ANOS DE 1980 E 2010.

Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências
Econômicas apresentado à banca examinadora como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas na Universidade Federal de
Pernambuco.

Orientador: Prof. Drº Atenágoras Oliveira Duarte.

Caruaru

2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

A447a Almeida, Marcela Santos de Souza.
Análise comparativa do crescimento econômico do Brasil e da China a partir de seus padrões de inserção externa entre os anos de 1980 e 2010. / Marcela Santos de Souza Almeida. - Caruaru: O Autor, 2015.
85f. ; 30 cm.

Orientador: Atenágoras Oliveira Duarte.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. Brasil. 2. China. 3. Crescimento econômico. 4. Inserção – Economia internacional. I. Duarte, Atenágoras Oliveira. (Orientador). II. Título

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-274)

MARCELA SANTOS DE SOUZA ALMEIDA

**ANÁLISE COMPARATIVA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO
BRASIL E DA CHINA A PARTIR DE SEUS PADRÕES DE INSERÇÃO
EXTERNA ENTRE OS ANOS DE 1980 E 2010.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências
Econômicas apresentado à banca examinadora como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas na Universidade Federal de
Pernambuco.

Caruaru, 27 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Prof. Drº. Atenágoras Oliveira Duarte
Orientador
UFPE/CAA

Prof. Drº André Luiz de Miranda Martins
UFPE/CAA

Prof. (Prof. DrºGlaudionor Gomes Barbosa)
UFPE/CAA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho Nele.

À minha família, em especial a minha mãe, Ivanilda Santos e ao meu esposo Leandro Almeida.

Ao meu orientador, Prf.Drº Atenágoras Oliveira Duarte, pela paciência e atenção que teve na realização deste trabalho.

A Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (CAA) Caruaru, pela oportunidade de ingressar em um curso superior.

Aos professores que compõem a banca Prof. Drº André Luiz de Miranda Martins e Prof. DrºGlaudionor Gomes Barbosa, pelas contribuições ao trabalho.

A todos os colegas que fizeram parte dessa trajetória, em especial a Carlos Roberto e André Sousa pela amizade e apoio.

RESUMO

O Brasil em 1980 tinha uma economia maior que a China. Com os dois países seguindo trajetórias muito diferentes, a China chega a 2010 com uma economia muito maior que a do Brasil. No presente trabalho tentamos entender o porquê do relativo atraso da economia brasileira em relação a economia chinesa a partir da inserção externa desses países durante essas três décadas e de uma análise referenciada nas leis de Kaldor, observando as políticas comerciais, cambiais e dos fluxos financeiros, tentando mostrar também um pouco da contribuição do cenário regional de cada país. Diante desse contexto, verifica-se que a China durante essas décadas, além de um cenário internacional favorável para sua inserção externa, seguiu com fortes estratégias econômicas integradas que fez com que a economia chegasse ao final da década de 2000 como a segunda maior economia do mundo. Já o Brasil fez uma trajetória em que resultou em alta vulnerabilidade externa, seguindo políticas neoliberais que não foram capazes de chegar ao crescimento econômico sustentado.

Palavras chaves: Brasil. China. Inserção externa. Crescimento econômico.

ABSTRACT

The Brazil in 1980 had a larger economy than China. With the two countries followed very different trajectories, China comes to 2010 with a much larger economy than Brazil. In this paper we try to understand why the relative backwardness of the Brazilian economy over the Chinese economy from the international insertion of these countries during these three decades and a referenced analysis in Kaldor laws, observing trade, foreign exchange and financial flows policies, also trying to show some of the contribution of the regional scenario of each country. In this context, it appears that China during these decades, as well as a favorable international scenario for its international insertion, followed with strong integrated economic strategies that caused the economy reached the end of the 2000s as the second largest economy world. But Brazil made a path that resulted in high external vulnerability, following neoliberal policies were not able to get to sustained economic growth.

KEYWORDS: Brazil. China. Externalinsertion.Economicgrowth.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	13
2 – ANOS 80: MUDANÇAS NO CENÁRIO MUNDIAL, DESEQUILÍBRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA E ASCENSÃO DA ECONOMIA CHINESA.....	17
2.1- Brasil	17
2.1.1 A década perdida.	17
2.1.2- Política comercial – Saldos comerciais a serviço da dívida externa	21
2.1.3 - Fluxos financeiros	24
2.2- China	25
2.2.1 - Conjuntura nacional e internacional.....	25
2.2.2- Políticas comercial e cambial da China na década de 1980.....	27
2.2.3 - Fluxos Financeiros.	31
2.3 - Conclusão da década de 1980.	34
3 - ANOS 90: GLOBALIZAÇÃO, LIBERALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO.....	37
3.1- Brasil	37
3.1.1 - Liberalização e Consenso de Wanshington.....	37
3.1.2- Política comercial e cambial – taxa de câmbio flutuante e políticas voltadas para a abertura da economia.....	39
3.1.3- Fluxos financeiros	43
3.1.3.1- Investimento Estrangeiro Direto (IED).....	45
3.2 – China.....	47
3.2.1- Expansão econômica no cenário internacional, Consenso de Pequim.....	47
3.2.2- Política comercial e cambial – Expansão das exportações e taxa de câmbio.	49
3.2.3- Fluxos financeiros	51
3.2.3.1- Capitais especulativos	51
3.2.3.2- Investimento Externo Direto.	52
3.3 – Conclusão da década de 1990.....	56

4- DÉCADA DE 2000: ASCENSÃO E CRISE INTERNACIONAL.....	59
4.1- Brasil.....	59
4.1.1- Cenário nacional.....	59
4.1.2- Política comercial e cambial.....	60
4.1.3- Fluxos Financeiros.....	64
4.1.3.1- Capitais especulativos.....	64
4.1.3.2- Investimento Direto Estrangeiro (IED).....	65
4.2 – China.....	68
4.2.1 – A China como potência econômica no cenário internacional.....	68
4.2.2 – Fluxos comerciais da China na década de 2000.....	69
4.2.3 - Fluxos financeiros.....	71
4.2.3.1 - Capitais especulativos.....	71
4.2.3.2 – Investimento Estrangeiro Direto.....	71
4.3 – Conclusão da década de 2000.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço de pagamento do Brasil, em bilhões de dólares, entre 1980 e 1989.	19
Tabela 2 - PIB e variação do PIB (em %) do Brasil, entre 1980 e 1989.	20
Tabela 3 - Exportações e importações de bens e serviços, em porcentagens do PIB do Brasil, entre 1980 e 1998.	21
Tabela 4 - Investimento Estrangeiro no Brasil, em entradas, em % do PIB, entre 1980 e 1989.	24
Tabela 5 - PIB em bilhões de yuans (preços constantes de 1990) e variação do PIB (em %) da China, entre 1980 e 1989.	27
Tabela 6 - Exportações de bens e serviços da China, em % do PIB, entre 1980 e 1989.	29
Tabela 7 - Investimento Estrangeiro na China, em entradas, em % do PIB, entre 1980 e 1989.	32
Tabela 8 - Transações correntes e fluxos de IED da China, entre 1980 e 1989, em bilhões de dólares a preços correntes, entre 1980 e 1989.	33
Tabela 9 - Conta corrente líquida do balanço de pagamento de países selecionados, em bilhões de dólares, a preços correntes, entre 1980 e 1989.	33
Tabela 10 - Fluxo líquido de investimentos estrangeiros de países selecionados, em bilhões de dólares, entre 1980 e 1989.	34
Tabela 11 - Propostas iniciais do “Consenso de Washington” (1990) e as reformas (2000). ..	38
Tabela 12 – PIB em bilhões de reais a preços constantes de 1995 e variação do PIB (em %) do Brasil, entre 1990 e 1999.	39
Tabela 13 - Exportações e importação do Brasil, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.	40
Tabela 14 - Investimento Estrangeiro Direto do Brasil , em entradas, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.	45
Tabela 15 - Investimento Estrangeiro Direto, em saídas líquidas, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.	46
Tabela 16 - Balanço de pagamento do Brasil, em bilhões de dólares, 1990 e 1999.	47
Tabela 17 - PIB, variação do PIB (em %) da China, entre 1990 e 1999.	48
Tabela 18 - Exportações e Importações de bens e serviços da China, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.	49
Tabela 19 - Investimento Estrangeiro Direto na China, em entradas líquidas, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.	52

Tabela 20 - Investimento Estrangeiro Direto na China, em saídas líquidas, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1989.	53
Tabela 21 - Fluxos de capitais para a China, em milhões de US\$, em 1990, 1995 e 1999.	53
Tabela 22 - Transações correntes, e fluxo de IED na China, em bilhões de dólares, entre 1990 e 1999.	54
Tabela 23 - Conta corrente líquida de países selecionados, em bilhões de dólares, a preços correntes e taxas de câmbio atuais, entre 1990 e 1999.	55
Tabela 24 - Fluxos de investimento estrangeiro direto líquido de países selecionados, em bilhões de dólares, a preços correntes, entre 1990 e 1999.	60
Tabela 25 – PIB em bilhões de reais a preços constantes de 1995 e variação do PIB (em %) do Brasil, entre 2000 e 2010.	61
Tabela 26 - Exportações e importações do Brasil, em porcentagens do PIB, entre 2000 e 2010.	66
Tabela 27 - Investimento Estrangeiro Direto em entradas líquidas (em% do PIB), entre 2000 e 2010.	67
Tabela 28 - Investimento Direto em saídas líquidas do Brasil, em porcentagem do PIB, entre 2000 e 2010.	67
Tabela 29 - Balanço de pagamento do Brasil em bilhões de dólares, entre 2001 e 2010.	67
Tabela 30 - PIB em bilhões de yuans a preços de 1990 e variação do PIB (em %) da China, entre 2000 e 2010.	68
Tabela 31 - Exportações e importações de bens e serviços da China, em porcentagem do PIB, entre 2000 e 2010.	70
Tabela 32 - Investimento Direto em entradas líquidas da China, em porcentagem do PIB, entre 2000 e 2010.	72
Tabela 33 - Investimento Direto em saídas líquidas da China, em porcentagem do PIB, entre 2000 e 2010.	72
Tabela 34- Balança de pagamentos da China, em bilhões de dólares, entre 2000 e 2010.	73
Tabela 35 - Conta corrente líquida de países selecionados, em bilhões de dólares a preços correntes e taxas de câmbio atuais, entre 2000 e 2010.	73
Tabela 36 - Fluxos de Investimentos Estrangeiros de países selecionados, para dentro e para fora, em bilhões de dólares a preços correntes, entre 2000 e 2010.	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de câmbio efetiva real do Brasil – IPA-OG*- exportações (média 2005=100), entre 1980 e 1989.	23
Gráfico 2: Taxa de câmbio da China – yuan/US\$ - média, entre 1980 e 1989.	30
Gráfico 3: Taxa de câmbio efetiva real do Brasil – IPA-OG*- exportações (média 2005=100), entre 1990 e 1999.	42
Gráfico 4: Taxa de câmbio da China – yuan/US\$ - média, entre 1990 e 1999.	50
Gráfico 5: Taxa de câmbio efetiva real do Brasil – IPA-OG – exportações (média 2005 = 100), entre 2000 e 2010.	63
Gráfico 6: Taxa de câmbio da China – yuan/US\$, média, entre 2000 e 2010.	70

1-INTRODUÇÃO

Em 1980, o Brasil tinha um PIB (PPC¹) de US\$ 553,631 bilhões, maior que o da China que apresentou US\$ 298,397 bilhões. No entanto, os países seguiram trajetórias de crescimento diferenciadas fazendo com que a economia brasileira chegasse ao ano de 2010 com um PIB (PPC) de US\$ 2.685,960 bilhões, bem menor que o chinês que apresentou US\$ 12.085,451 bilhões, também em PPC.²

Este trabalho busca analisar o período entre 1980 e 2010 tentando compreender o porquê do relativo atraso do Brasil. Entretanto, devido à complexidade para responder a essa pergunta, o trabalho se restringirá à investigação da inserção externa, procurando identificar os fatores que fizeram com que o Brasil crescesse a taxas menores e quais os elementos que proporcionaram à China uma inserção externa diferenciada, contribuindo para que o país alcançasse altas taxas de crescimento.

Para fazer a análise a partir da inserção externa é preciso analisar o contexto regional que ambos fazem parte. De acordo com Medeiros (1997), a partir de 1980 as transformações ocorridas na economia mundial refletiram de maneira diferente na América Latina e na Ásia, refletindo na economia desses países. A América Latina, que passou pela década de 1980 com estagnação, reinsere-se a partir do final dessa década, com a reestruturação da dívida, apresentando baixas taxas de crescimento ao longo das três décadas. Na Ásia, a expansão dos mercados internos e externos se deu de forma complementar, com uma macroeconomia expansiva e cenário mundial favorável.

As estratégias de crescimento do Brasil e da China, ao longo dessas três décadas, evidenciam alternativas diferentes. A partir da década de 1980, os dois países mudaram de objetivos: o Brasil, antes de 1980, tinha uma estratégia industrial através da substituição de importações e de desvalorização cambial com objetivo de aumentar o crescimento da economia e depois de 1980 passou a ter uma estratégia monetarista visando a estabilidade econômica e o controle da inflação. A China, antes das reformas de 1976, tinha uma estratégia socialista através da indústria pesada e concentração de serviços públicos visando o bem estar social e depois passou a ter uma estratégia

¹Paridade do Poder de Compra (PPC) mede o quanto uma moeda pode comprar em termos internacionais, tomando como referência o dólar. Para fazer a comparação de duas economias, são escolhidos produtos que formariam uma “cesta internacional”. O preço dessa cesta em moeda local de cada país é comparado ao preço da mesma cesta em dólares nos EUA. Assim, o PIB calculado pela Paridade do Poder de Compra é uma alternativa para comparar economias considerando os custos de vida.

² Dados obtidos do portal do FMI em World Economic Outlook Database, edição de outubro de 2014.

industrialista através da política comercial, tecnológica e industrial com objetivo de aumentar o crescimento econômico (Júnior, 2011).

A década de 1980, para o Brasil, foi de estagnação econômica, ficando conhecida como a década perdida, e a China, com o cenário econômico mundial e regional favorável, teve crescimento econômico baseado numa estratégia de crescimento através das reformas econômicas (desde 1978). Na década de 1990 ocorreu a liberalização em que o Brasil adotou as políticas neoliberais do FMI, o Consenso de Washington, desarticulando a economia interna e colocando as políticas do país vinculadas aos interesses dos EUA. Já a China adotou políticas contrárias ao Consenso, o que ficou conhecido como Consenso de Pequim, levando ao crescimento econômico. Na década de 2000, a economia mundial já estava alterada com uma forte atuação da economia chinesa que tornou-se a segunda maior economia do mundo. No início dessa década o Brasil obteve crescimento, condicionado pelo bom momento da economia mundial.

Tomando como base o modelo de Kaldor, numa linha de modelos econômicos que enfatizamos movimentos da demanda agregada, conhecidos como “exportledgrowth”, em que a restrição do crescimento através das exportações é a situação do Balanço de Pagamentos (causado pelo aumento das importações em relação às exportações ou pela perda de competitividade das exportações por um atraso no setor industrial). A demanda agregada é a chave para explicar, a longo prazo, o dinamismo econômico interno e as exportações, em particular as de produtos industrializados, que desempenham papel importante para o dinamismo das economias maduras no longo prazo. As leis de Kaldor explicam a dinâmica das economias capitalistas, principalmente o porquê das taxas de crescimento diferentes entre países. Segue as proposições da lei de Kaldor³,

I- Existe uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado, daí quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento do produto agregado.

II- Há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria e o crescimento do produto industrial, sendo a relação de causalidade na direção de quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será também a taxa de crescimento da produtividade.

III- Quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior o crescimento do produto.

³Para mais detalhes sobre as leis de Kaldor, ver Thirlwall (1983), Targetti(1992), entre outros.

IV- O crescimento da economia a longo prazo não é restringido pela oferta, mas sim pela demanda, assim a principal restrição da demanda ao crescimento do produto numa economia aberta é o Balanço de Pagamentos. (Lamonica e Feijó, 2011, p. 120)

A lei I coloca que o crescimento industrial é a chave para a elevação do produto interno: assim, quanto maior o crescimento industrial em relação aos outros setores econômicos, maior o produto interno. A lei II defende que o aumento da taxa de produtividade elevará a produção, por meio do crescimento da produção do setor industrial, então o aumento da produtividade ocorrido pelo aumento da demanda aumenta a produtividade em setores mais dinâmicos. A III coloca que a elevação das exportações aumenta o produto interno. No entanto, o aumento da taxa de crescimento das exportações, a longo prazo, dá-se por meio de mudança estrutural no setor de exportações. A IV diz que o crescimento pode ser limitado por meio da restrição externa, assim, para sustentar o crescimento é preciso manter a competitividade das exportações, por meio do aumento da produtividade no setor industrial. Em síntese, o “exportledgrowth” foi feito a partir de um processo de causalidade. Nesse contexto, a importação de bens de capital é importante para que haja crescimento do setor industrial, que, com uma indústria mais forte, agregará valor às exportações do país e aumentará o produto interno.

Tomando como base as formulações pioneiras de Kaldor, posteriormente Thirlwall e Hussain (1982) *apud* Lamonica e Feijó (2011), defendem que os fluxos de capitais⁴ permitem uma taxa de aumento do PIB maior, pois sem haver fluxos de capitais as exportações deverão crescer e as importações diminuir para ocorrer superávit para cobrir o pagamento de juros no exterior. Diante disso, os governos costumam aplicar políticas de contração da demanda (como, por exemplo, o aumento nas taxas de juros) para que haja diminuição nas importações. No entanto, ao contrair a demanda, o nível de atividade e conseqüentemente de renda diminuem. Assim, as entradas de capitais seriam uma alternativa à contração da demanda, pois fazem diminuir a restrição no balanço de pagamentos, permitindo que a economia cresça. No entanto, esse financiamento através dos fluxos de capitais tem limite, podendo levar a conseqüências negativas para os países,

⁴Fluxos de capitais são transações financeiras, como compra e venda de ações de empresas, títulos e moeda. Os fluxos de capitais externos podem ocorrer de duas formas gerais: investimento direto, onde uma empresa multinacional cria uma filial em um país que não seja o seu país de origem, e investimento em portfólio, que ocorre quando investidores estrangeiros adquirem títulos públicos ou privados no mercado nacional.

pois a dependência em relação aos fluxos de capitais internacionais deixa a economia do país mais vulnerável em relação a choques externos.

O trabalho faz uma abordagem emdecênio, por meio de pesquisa bibliográfica, comparando a trajetória de crescimento do PIB, a política comercial e cambial e os fluxos de capitais dos países, tomando como base o modelo de Kaldor, numa linha de modelos econômicos que enfatiza os movimentos da demanda efetiva, tentando entender o porquê do Brasil ter tido um atraso no crescimento econômico em relação a China entre 1980 e 2010. O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, por meio dos quais serão expostos e analisados dados do Fundo Monetário Internacional, UNCTAD, IPEA, Banco Mundial, Banco Central, entre os anos de 1980 e 2010. Sendo o primeiro capítulo esta introdução seguida de três capítulos de fundamentação teórica e análise de dados e a conclusão. No capítulo seguinte será feita uma abordagem das políticas comercial, cambial e dos fluxos de capitais do Brasil e da China, na década de 1980, e ainda uma breve conclusão do capítulo. No terceiro capítulo a comparação das políticas comercial, cambial e dos fluxos financeiros dos referidos países será feita em relação à década de 1990. O quarto capítulo segue com a comparação das mesmas políticas dos dois capítulos anteriores, para o Brasil e a China na década de 2000. Por fim, será feita uma análise conclusiva das três décadas para os países analisados.

2 –ANOS 80: MUDANÇAS NO CENÁRIO MUNDIAL, DESEQUILÍBRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA E ASCENSÃO DA ECONOMIA CHINESA.

2.1- Brasil

2.1.1 A década perdida.

Diante de tantas mudanças no cenário internacional e nacional a partir desta década, o Brasil foi deixando, gradativamente, sua estratégia desenvolvimentista, a qual vinha sendo sustentada por meio de financiamentos externos. As mudanças ocorridas a partir de 1980 na economia mundial levaram consequências diferenciadas para a região asiática e a latino- americana. Nos países da América Latina houve um esforço para aumentar as exportações e conter as importações. As exportações tiveram como entrave a recessão dos mercados da OCDE⁵ na primeira metade da década, e o protecionismo dos Estados Unidos, isso juntamente com o deslocamento da indústria na direção das commodities levando à deterioração dos termos de troca, pois enquanto o Brasil seguiu se especializando em exportações de commodities, as outras economias iam mudando suas exportações para produtos com mais valor agregado, assim as commodities exportadas pelo país tendem a ser mais baratas em relação aos bens importados.

Durante o governo Figueiredo (1979-1985) ocorreram mudanças profundas no cenário internacional: o segundo choque do petróleo, a recessão econômica nos países mais ricos entre 1979 e 1982 e o aumento dos gastos do governo com o pagamento do serviço da dívida externa. De acordo com Ferreira (2000), em 1976 o país tinha uma dívida externa bruta de US\$ 32.145,00 milhões e dívida externa líquida de US\$ 25.601,00 milhões e passou em 1982 a ter uma dívida externa bruta de US\$ 85.487,00 milhões e uma dívida externa líquida em US\$ 81.493,00 milhões, mostrando que, nesse período, a dívida externa bruta aumentou mais que o dobro e a líquida mais que triplicou, sendo um dos entraves para o crescimento brasileiro.

⁵A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é composta por 34 países, com sede em Paris. Fundada em 14 de dezembro de 1961, sucedendo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia. A OCDE atua nos assuntos internacionais e governamentais dos países membros e reúne os países mais industrializados do mundo e alguns emergentes, com o objetivo de potencializar o crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento dos países que fazem parte da organização.

Diante da crise da dívida externa, a postura adotada pelo governo brasileiro em 1979 foi a de continuar crescendo com ritmo acelerado. No entanto, com a forte pressão dos credores externos, os quais financiaram o crescimento econômico do Brasil no II PND, a partir do final de 1980 e em 1981 o Brasil inverteu sua estratégia de política econômica, não tendo uma postura de adotar uma moratória, como no caso do México, mas aceitou as mudanças nas taxas internacionais e o governo não teve condições para manter o ritmo de crescimento econômico. A partir disso, as políticas econômicas adotadas não foram suficientes para mudar as consequências causadas pelo aumento das taxas de juros nos Estados Unidos e continuar com o ritmo de crescimento da década anterior, assim o Brasil teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (Duarte, 2008).

O Fundo Monetário Internacional estabeleceu uma política econômica altamente recessiva, como por exemplo: aperto do crédito, elevação da taxa de juros e desvalorização da moeda e, em consequência dessas políticas, houve uma redução de salário e falência de empresas. Nos acordos, o FMI concedia ao Brasil um empréstimo, que seria recebido em parcelas trimestrais. Caso o Brasil não conseguisse cumprir o prazo de pagamento teria que formular uma nova carta de intenções com um pedido de perdão e fazendo acordo de novos compromissos. Assim, em 2 anos, 1983 e 1984, o governo Figueiredo encaminhou sete cartas de intenções e seis pedidos de perdão ao Fundo (Brum, 2009).

No entanto, o objetivo principal do FMI era o pagamento dos serviços da dívida externa. Esse acordo transferia para o sistema financeiro internacional as decisões sobre a administração financeira do país e a partir daí o Brasil passou a ser administrado em função da dívida externa e dos países credores e não com base num programa de desenvolvimento econômico.

Como coloca Martins (2004), as restrições macroeconômicas decorridas da crise da dívida externa foram sentidas com maior intensidade nos países da América Latina do que nos países da Ásia. Enquanto a América Latina era duramente afetada pelo fim do crédito externo e a diminuição da demanda interna, a Ásia era beneficiada pela grande entrada de capitais estrangeiros e pelo aumento da crescente demanda americana por suas exportações.

Além da elevada dívida externa, com a recessão nos países ricos, o crédito foi suspenso aos países da América Latina, sendo um dos motivos para o Brasil estagnar o crescimento econômico nesta década, pois o crédito financiava os investimentos do país,

no período dos programas de substituição de importações. O crédito externo foi suspenso a partir de 1982 quando o governo do México declarou moratória por não ter condições de fazer o pagamento da dívida daquele país. Os países credores ficaram receosos e passaram a não emprestar mais aos países endividados e a cobrar a dívida, exigindo desses países planos para estabilizar a economia, comprometendo o desempenho destes a avaliação e acompanhamento do FMI. A partir disso, o Brasil, que era receptor de capital estrangeiro, passou a transferir capital para o exterior, em função do pagamento da dívida (Faria, 2007).

O corte dos empréstimos para o Brasil, além de atingir os investimentos, retirou a capacidade das empresas de saldarem seus débitos, como pode ser observada na tabela 1, que mostra o fraco desempenho nos valores de “outros investimentos”, onde estão contabilizados entre outros os empréstimos e os créditos às empresas.

Tabela 1 - Balanço de pagamento do Brasil, em bilhões de dólares, entre 1980 e 1989.

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Transações Correntes	-12,73	-11,71	-16,27	-6,77	0,09	-0,24	-5,32	-1,43	4,17	1
Balança comercial (FOB)	-2,82	1,202	0,78	6,47	13,08	12,48	8,3	11,17	19,18	16,11
Conta de capital e financeira	9,61	12,74 5	12,1	7,41	6,52	0,19	1,43	3,25	-2,09	0,62
Conta de Capital	0,02	0,012	0,006	-0,003	0,009	0,006	0,007	0,005	0,002	-0,002
Conta Financeira	9,58	12,73 2	12,09	7,42	6,52	0,19	1,42	3,25	-2,1	0,63
Investimento brasileiro direto	-0,36	-0,207	-0,37	-0,18	-0,04	-0,081	-0,14	-0,13	-0,17	-0,05
Investimento estrangeiro direto	1,91	2,521	3,11	1,32	1,5	1,41	0,31	1,16	2,8	1,12
Investimento em Carteira	0,35	-0,002	-0,001	-0,287	-0,272	-0,23	-0,474	-0,428	-0,497	-0,421
Investimento brasileiro (carteira)	0	-0,003	-0,003	-0,009	-0,005	-0,003	0,001	0	0	-0,029
Investimento estrangeiro (carteira)	0,35	0,000 7	0,0018	-0,27	-0,26	-0,22	-0,47	-0,42	-0,49	-0,39
Derivativos (líquido)	0,042	0,047	0,018	0,017	0,037	0,027	0,019	-0,011	0,000 9	0,000 5
Outros Investimentos	7,64	10,37	9,33	6,55	5,29	-0,94	1,7	2,66	-4,23	0,44
Outros investimentos estrangeiros	8,23	11,77	9,79	6,56	5,3	-1,72	0,42	3,1	-7,58	1,18
Erros e Omissões	-0,34	0,41	-0,36	-0,66	0,4	-0,4	0,05	-0,8	-0,83	-0,77
Resultado do balanço	-3,47	0,62	-4,54	-0,02	7,02	-0,45	-3,83	1,01	1,24	0,88

Fonte: Banco Central do Brasil.

Analisando a tabela 1, percebe-se que a conta corrente do Brasil permaneceu com saldo negativo na maior parte da década, apresentando saldo positivo apenas em 1984, 1988 e 1989, com o país incentivando as exportações e a balança comercial positiva na

maior parte da década, somente alcançando saldo negativo em 1980. Já a conta de capital apresentou decréscimo do começo da década até 1983 (ano em que a conta teve saldo negativo de -3,1 bilhões de dólares). A conta financeira apresentou saldo positivo na maior parte da década, sendo que até o ano de 1987, o saldo financeiro foi mais significativo para o balanço de pagamentos que a conta corrente. Só a partir de 1988 é que o saldo da conta corrente supera o saldo da conta financeira. Porém, como nesta década os fluxos foram pequenos, não foi possível cobrir os déficits nas transações correntes, chegando, portanto, a uma balança de pagamentos com saldo negativo na maior parte da década.

O fim do empréstimo externo e a diminuição da capacidade do governo de gerar poupança, provocada pela queda na receita além do aumento dos gastos com as taxas de juros, diminuíram o ritmo do aumento da produtividade (ver tabela 2), fazendo com que a economia entrasse em recessão com o PIB obtendo taxa negativa pela primeira vez em 1981 (desde 1947, ano em que começou a calcular o PIB do Brasil), segundo a tabela 2.

Tabela 2 - PIB e variação do PIB (em %) do Brasil, entre 1980 e 1989.

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
PIB	522,67	499,68	502,65	485,56	511,33	551,73	593,36	614,72	616,35	636,07
% ⁶	9,19	-4,4	0,59	-3,4	5,3	7,9	7,54	3,6	0,26	3,2

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Como mostra a tabela 2, nesta década só foi atingido razoável crescimento de 1984 a 1986, enquanto que nos outros anos houve recessão.

Gonçalves (1996) menciona que houve, nos anos 1985-1986, na indústria, uma rápida ocupação da capacidade ociosa, expansão da economia, e um aumento do investimento causado por uma expansão do crédito bancário. Porém, o aumento do investimento nestes dois anos não se tornou um crescimento sustentável. O autor discorre que após 1987 há um cenário imerso em incertezas radicais. As empresas buscaram se proteger da situação aumentando cada vez mais suas receitas financeiras acompanhadas por cortes em investimentos e o crescimento do PIB deste ano em relação ao de 1988, de acordo com a tabela 1, foi apenas de 0,264% (a terceira menor variação da década).

Então, a crise da dívida e o fim do crédito externo estão entre as principais restrições ao crescimento do Brasil nesta década. Sobre o peso das transferências

⁶ Variação em porcentagem do PIB.

financeiras para o exterior, a economia do país ficou estrangulada, por meio dos déficits no balanço de pagamentos.

2.1.2- Política comercial – Saldos comerciais a serviço da dívida externa.

A política de comércio externo, após a crise dos juros da dívida, em 1982, foi condicionada por uma estratégia que buscou ajustar o balanço de pagamentos através de superávits comerciais, como mostra a Tabela 3. Para fazer frente ao serviço da dívida externa foram dados incentivos às exportações e estímulo à retração das importações, e não foi feito um investimento na indústria, que, de acordo com Kaldor, é o desenvolvimento da indústria que fará com que as exportações estejam voltadas para produtos de alto valor agregado, contribuindo para o crescimento do produto e dinamizando a economia. No caso do Brasil, as exportações ficaram em commodities, diminuindo a relação entre comércio exterior e crescimento econômico.

Essa política comercial teve como foco a quantidade em detrimento da qualidade das exportações e estava afastada dos objetivos voltados para uma política de proteção e desenvolvimento da indústria, causando uma deterioração qualitativa na especialização do comércio, uma vez que não se construiu uma política industrial para que houvesse ganho tecnológico nos produtos exportáveis (Martins, 2004).

Tabela 3 - Exportações e importações de bens e serviços, em porcentagens do PIB do Brasil, entre 1980 e 1998.

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Exportações	9,05	9,42	7,6	11,42	13,54	12,24	8,81	9,45	10,88	8,92
Importações	11,3	9,79	8,27	9	7,92	7,09	6,35	6,19	5,69	5,46
Saldo comercial	-2,25	-0,37	-0,66	2,41	5,62	5,15	2,46	3,26	5,19	3,46

Fonte: Banco Mundial.

Observa-se na tabela 3 que as exportações em relação ao PIB obtiveram nível de participação em 1989 muito próximo ao de 1980 (sendo 8,93% em 1989 e 9,05% em 1980). No entanto, durante a maior parte desta década o percentual de exportações em relação ao PIB foi maior que a do ano de 1980 (que foram 6 anos acima e 3 anos abaixo de 9,05). Percebe-se ainda que nesta década, mesmo tendo apresentado crescimento do peso das exportações no PIB em alguns anos, nem sempre esse aumento foi acompanhado de crescimento econômico. Já o patamar das importações foi decrescendo

ao longo da década (exceto em 1983, onde ocorreu elevação em relação ao ano anterior), de maneira que em 1980 somavam 11,3% do PIB e em 1989 diminuiu para 5,46%.

É importante colocar que a busca por saldos comerciais de curto prazo, na maior parte da década, se deu com um padrão de inserção produtiva de forma contraditória, no sentido que os mesmos fatores que favoreceram o aumento do saldo da balança comercial no curto prazo foram também elementos que limitaram a presença e competitividade do Brasil no mercado mundial. A preferência pelos saldos comerciais positivos deixou de lado o crescimento, houve especialização em produtos intensivos em recursos naturais e/ou intensivos em mão-de-obra.

A partir do final da década de 1980 a política de importações passou por uma mudança profunda, pois até então se dava prioridade à diminuição das importações para equilibrar o balanço de pagamento. Há o começo do processo de liberalização do comércio, que teve maior intensificação na década de 1990 (Silva, 2004).

Assim, o incentivo às importações no final desta década reflete a volta do aumento do PIB, como mostra a tabela 2, e crescimento da economia, dado que de acordo com Filho (1997), aumentaram as importações de bens de capital para as indústrias do país.

Então, a inserção comercial do país nesta década se deu através de uma estrutura comercial com pouca dinâmica, não investindo em infraestrutura e geração de progresso técnico, fazendo com que o país ficasse ainda mais distante dos países que estavam avançando tecnologicamente e obtendo poder competitivo, como a China. Diante disso, afetando negativamente também, no longo prazo, o crescimento das exportações e a geração de saldos comerciais.

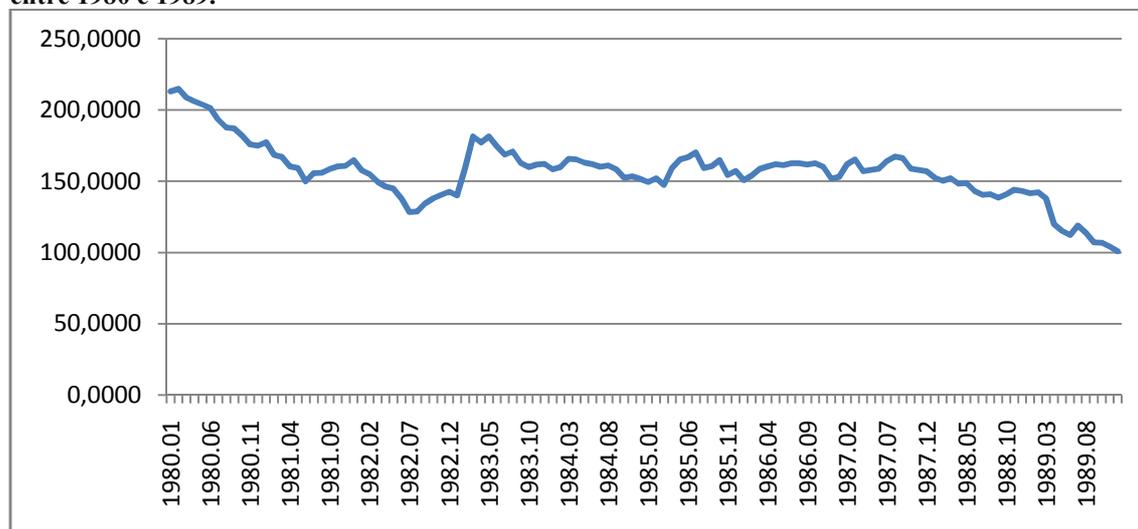
Na década de 1980, a taxa de câmbio foi a principal política em relação ao comércio. As maxidesvalorizações cambiais impuseram para a autoridade monetária maiores esforços direcionados para o pagamento da dívida em moeda, causando um aumento das contas públicas. Por outro lado, as políticas de maxidesvalorizações passaram a ser fundamentais para a expansão das exportações e para contrair as importações.

Depois do aumento do preço do petróleo e a escassez no crédito vindo do exterior, houve a primeira maxidesvalorização, em 1983, como mostra o gráfico 1, que produziu mudança do câmbio real suficiente para se chegar ao superávit que necessitava atingir. Depois desta maxi, houve minidesvalorizações até 1986 (Carneiro, 1991).

No entanto, as oscilações na política da taxa de câmbio entram em contraste algumas vezes com o saldo comercial, como, por exemplo, em 1983/1985, como mostra a tabela 3, apesar das dificuldades para implementar uma política de desvalorização real cambial, houve um aumento do saldo da balança comercial, devido a maior queda das importações.

Como mostra o gráfico 1, nos primeiros anos da década a taxa de câmbio decresceu, entre os anos de 1983/1985 ocorreu pequena depreciação, que foram medidas para fortalecer as exportações. Em 1987 houve uma pequena estabilidade e até o final da década a taxa foi valorizada.

Gráfico 1: Taxa de câmbio efetiva real do Brasil – IPA-OG*- exportações (média 2005=100), entre 1980 e 1989.



Fonte: IPEADATA. (*) Índice de preços do atacado por oferta global. Considerando além da variação dos preços domésticos, a variação dos preços dos produtos exportados.

Em síntese, as políticas comerciais e cambiais na década de 1980 foram formuladas para estimular o setor exportador, voltadas para atender os interesses internacionais e não com uma estratégia de mudança estrutural que fosse capaz de dinamizar a economia. A capacidade de importar foi deixada de lado, na maior parte da década e as sucessivas desvalorizações cambiais ao mesmo tempo fizeram com que houvesse aumento das exportações e retração das importações.

2.1.3- Fluxos financeiros

Durante essa década, por conta da crise da dívida externa, países endividados da América Latina ficaram quase que excluídos do circuito financeiro internacional (Arienti, 2004), ao mesmo tempo em que o mercado financeiro internacional continuou crescendo (Sambatti e Rissato, 2008).

No Brasil dos anos 1980, a política econômica e o desempenho em relação aos investimentos, poupança, inflação e crescimento foram condicionados por uma forte restrição externa aos fluxos de capitais. Isto porque houve uma crise de solvência desses países que, forçados pelos seus credores, passaram da condição de receptores a emissores de capitais. (Sambatti e Rissato, 2008).

Antes da década de 1980, o Brasil era um importante receptor de IED (Investimento Estrangeiro Direto) em comparação aos países em desenvolvimento, no entanto, nesta década houve grande redução, como mostra a tabela 4, que de acordo com Oliveira (2010) ocorreu principalmente devido à forte dependência externa, ao endividamento, à crise do petróleo e às recessões que fizeram com que houvesse queda na taxa de lucro nos setores de produção do país, desestimulando os fluxos de investimentos.

É importante colocar que, em relação ao fluxo mundial de IED, Brum (2009) defende que nos anos de 1980 houve uma mudança na direção desse investimento no mundo, pois esses investimentos passaram a ocorrer nos países em desenvolvimento, que, segundo o autor, foram direcionados principalmente para os países centrais, diminuindo o fluxo de 25% no início da década para 17% entre os anos de 1985 e 1990.

É preciso colocar também que a instabilidade da economia nesta década proporcionou risco para qualquer tipo de investimento, então como o IED reflete o grau de confiança e de estabilidade econômica do país hospedeiro, pois com crescimento e estabilidade econômica há maiores expectativas de lucros para as empresas do exterior se instalarem no país, este investimento ficou reduzido no Brasil nos anos 80, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Investimento Estrangeiro no Brasil, em entradas, em % do PIB, entre 1980 e 1989.

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
IED	0,81	0,95	1,03	0,79	0,76	0,64	0,12	0,39	0,84	0,26

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Na Tabela 4, observa-se o baixo desempenho desses investimentos. Houve aumento entre 1980 e 1982 e redução a partir de 1983 até 1986 (ano de pior desempenho), terminando a década com apenas 0,26 em porcentagem do PIB do país.

No que diz respeito aos investimentos do Brasil no exterior, Cerqueira (2012) menciona que esses investimentos foram pequenos. Porém,

embora a participação brasileira na exportação de capitais do mundo fosse pequena, representava uma proporção significativa do IED dos países em desenvolvimento até o ano de 1985, quando então as economias asiáticas se lançam numa estratégia de desenvolvimento através da internacionalização de suas empresas que não foi acompanhada pelo Brasil (CERQUEIRA, 2012, p 3).

De acordo com Thirlwall (partindo do modelo de Kaldor), diante desse cenário de desequilíbrio, uma das alternativas seria cobrir o déficit externo com os fluxos de capitais, porém, na década de 1980 os fluxos de capitais se deram de forma reduzida, sendo incapaz de fechar o balanço de pagamentos⁷. No entanto, como coloca o autor, a saída ou equilíbrio na conta de capital leva a desaceleração do crescimento econômico se a entrada líquida nessa conta for uma necessidade para o financiamento da conta corrente. Assim, isso foi o que ocorreu no início da década de 1980 com a crise da dívida externa, deixando o Brasil e os países da América Latina fragilizados e com redução no crescimento econômico (Lamonica, 2001).

Assim, com baixo fluxo de capitais, esses recursos na economia não foram suficientes para fechar o balanço de pagamentos e para que existissem recursos para serem transferidos para investimentos no setor industrial, para que houvesse aumento do PIB e a atração de IED.

2.2- China

2.2.1- Conjuntura nacional e internacional

Diferentemente do Brasil, nesta década a China teve uma inserção externa favorável. Esse fator, juntamente com as reformas econômicas que tiveram estratégias de crescimento em todos os setores da economia, fizeram com que a China seguisse, a partir desta década, com rápido crescimento e inserção externa diferenciada.

⁷ Ver os dados do saldo da conta financeira e o balanço de pagamentos da tabela 1.

Como defende Medeiros (2006), a inserção externa da China foi favorecida com o cenário econômico internacional favorável. O confronto dos EUA com a ex-URSS teve papel importante para a formação da estratégia chinesa. Pois em relação à exportação, esta teve um aumento na inserção chinesa nos conflitos entre EUA e a ex-URSS, e teve a volta das relações entre EUA e China, dando a esse país a abertura do mercado das economias do ocidente para que pudesse realizar suas exportações nestes locais.

A China e os outros países do leste asiático foram beneficiados durante a década de 1980 com uma macroeconomia regional que estava em expansão por conta dos conflitos comerciais entre os EUA e o Japão e com o rápido acesso ao financiamento em condições muito favoráveis, principalmente com o “apoio” dos EUA. Em 1980, a China foi classificada, pelos EUA, como “nação em desenvolvimento” e este deu tratamento de nação mais favorecida⁸, e reduziu as tarifas americanas sobre os têxteis e vestuários chineses, sendo que em 1979 a China já era a maior exportadora de têxteis para os EUA. Essa relação com a China é crescente, pois a competitividade chinesa cresce em todos os setores, tanto no mais simples até no que possui mais tecnologia (Medeiros, 1999).

Segundo Fiori (2004), a China inseriu-se na ordem que os EUA lideravam com uma grande autonomia em sua política econômica. Nesse contexto, a China precisa dos EUA, mas, por outro lado, os EUA também precisam da concorrência chinesa para poder expandir seu próprio poder econômico e militar, devido à estratégia da potência dominante para continuar acumulando poder e riqueza e ter concorrência econômica para promover o desenvolvimento econômico de seus futuros concorrentes. Assim, o que está acontecendo com os EUA e a China aconteceu, por exemplo, no século XIX com a Inglaterra em relação à Alemanha, os Estados Unidos e o Japão. Essa posição de promover a ascensão econômica de outro país não ocorre, por exemplo, para o Brasil, por conta da proximidade, por estar no mesmo continente, pois isso traria consequências negativas, já que estaria promovendo uma potência concorrente tão próxima.

As relações da região com o exterior apresentaram durante a década superávit comercial com países da OCDE e principalmente com os Estados Unidos, permitindo uma estratégia de industrialização e deslocamento de indústria no sudeste e sudoeste asiático.

⁸Nação mais favorecida (NMF), um status que uma nação atribui a outra (em relação ao comércio internacional), tendo o país beneficiado vantagens comerciais (como por exemplo redução de tarifas) em relação a outros países.

Ainda é relevante mencionar que a alta valorização do iene em consequência do acordo do Plaza⁹, em 1985, deslocou uma movimentação que impulsionou o setor produtivo do capital japonês para vários países da Ásia.

Tabela 5 - PIB em bilhões de yuans (preços constantes de 1990) e variação do PIB (em %) da China, entre 1980 e 1989.

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
PIB	795,8	837,2	913,4	1.012,9	1.166,9	1.324,4	1.441,0	1.608,1	1.789,9	1.863,2
Variação	7,91	5,2	9,1	10,9	15,2	13,5	8,8	11,6	11,3	4,1

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

A Tabela 5 mostra o aumento da economia da China, que em 1980 obteve um PIB de 795,8 bilhões de yuans e em 1989 estava com um PIB de 1.863,3 bilhões de yuans, mostrando que houve um crescimento de 234% na década.

De acordo com a tabela 5, durante a década de 1980 o PIB da China cresceu em média 9,7% a.a., conferindo à China uma posição única na economia mundial. Em meados da década foi que o PIB obteve taxas de crescimento mais elevadas. Este aumento da produção no país se deu principalmente devido às reformas, que foram decisivas para o crescimento da produção.

Assim, a China entrou num período de intenso crescimento da economia já a partir do final da década de 1970. A década de 1980 foi de crescimento acelerado, através de programas de reforma que buscavam uma inter-relação entre a estratégia de exportações, a atração de investimentos diretos estrangeiros nas zonas liberadas, com uma forte atuação do Estado. Porém, a partir dessa década, ao mesmo tempo em que a economia foi crescendo foi também agravando a poluição, chegando a década de 2010 como um dos países com maior índice de poluição no mundo.

2.2.2- Políticas comercial e cambial da China na década de 1980.

Antes de 1978, o país tinha um comércio fechado e totalmente controlado pelo Estado. As primeiras reformas de abertura comercial foram feitas no final da década de 1970, mesmo assim ainda muito controlado pelo Estado, e em duas décadas a China

⁹O Acordo de Plaza foi um acordo celebrado entre os governos do G- 5 ((EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e França), assinado no Hotel Plaza em Nova Iorque, em Setembro de 1985, esse acordo foi feito para reforçar o iene ante as maiores moedas do mundo, o que aumentava o custo de produtos feitos no Japão no mercado internacional. O acordo teve um forte impacto sobre o câmbio: o iene subiu de 239 por dólar em 1985 para 128 em 1988.

passou a ser um grande exportador. A questão central em relação ao comércio exterior foi a de aumentar as exportações e a de proteger o mercado interno (Faria, 2007).

Diferentemente do Brasil, a política comercial da China, a partir dessa década, esteve ligada à política de industrialização e com atração de IED direcionado estrategicamente para que fossem feitos investimentos em setores de exportação. A política comercial fez com que houvesse elevação do grau de abertura da economia, que, de acordo com Cano (1995), passou de 12,85 em 1978 para 38,65 % do PIB em 1992.

É importante colocar que a reforma industrial foi fundamental para o crescimento da economia chinesa e das relações comerciais desse país com o exterior. Essa reforma foi iniciada já no final da década de 1970, diante da situação de falta de recursos para crescimento da indústria. Foi uma reforma gradual, sendo implementada em regiões específicas e, na medida em que as políticas iam tornando-se eficazes, a mesma medida era levada para outras regiões, tendo forte controle do Estado (Cano, 1995).

Como mostra Cano (1995), entre 1980 e 1983, houve a expansão do setor primário e conseqüentemente considerável aumento do PIB do país (como mostra a tabela 5). Entre os anos de 1983 e 1988, as indústrias que lideraram o crescimento econômico foram a indústria leve e a de produção de bens de consumo, e a partir de 1988, a produção de bens de capital obteve as maiores taxas. Entre 1987 e 1991, o setor industrial foi o que predominou no crescimento do PIB.

A estratégia de desenvolvimento industrial da China passou por uma centralização das empresas estatais que integravam mercados regionais, e a combinação de mercados concentrados e planejamento descentralizado. Foi favorecida pelo grau de atraso, pois tiveram como referência a industrialização de outros países e de outras economias, observando as estratégias e formulando políticas que favorecessem o crescimento da economia como um todo e em todos os setores, e também pela estratégia da descentralização no tempo do governo de Mao Tsé-Tung, que buscava produzir em cada comuna¹⁰ um sistema econômico independente, assim obtendo uma economia descentralizada (Júnior, 2011).

Após a abertura comercial, de acordo com Medeiros (1999), a questão macroeconômica que era decisiva para os programas de industrialização acelerada foi a restrição externa em relação ao limite da capacidade de importação. A política comercial exigiu um valor percentual de importações em relação às exportações, fazendo com que

¹⁰ Unidades produtivas rurais de caráter autônomo, comunidades independentes, com liberdade para cuidar de seus interesses, como uma pequena cidade.

as empresas não elevassem a demanda do mercado interno, para não pressionar os preços domésticos, e como o governo tinha alto controle, o crescimento das importações se deu com forte proteção, obtendo tarifas elevadas e controle administrativo.

A tabela 6 mostra que o saldo comercial manteve-se deficitário em boa parte da década, porém de acordo com Leão (2010), estes déficits foram por conta da importação de bens de capital e de bens intermediários.

Tabela 6 - Exportações de bens e serviços da China, em % do PIB, entre 1980 e 1989.

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Exportações	10,64	12,57	11,67	10,19	10,41	9,21	9,99	14,48	14,83	13,9
Importações	11,01	12,06	9,3	9,06	10,39	13,28	12,48	14,38	16,14	15,33
Saldo	-0,36	0,5	2,36	1,12	0,02	-4,07	-2,48	0,1	-1,31	-1,43

Fonte: Banco Mundial.

De acordo com a Tabela 6, na segunda metade da década tanto as exportações como as importações obtiveram significativo aumento, mostrando a elevação da abertura comercial do país.

Como afirma Faria (2007), o aumento nas importações, na primeira parte da década, foi voltado para bens de capital e bens intermediários e as exportações foram mais de brinquedos, jogos eletrônicos, calçados e têxteis. O aumento das exportações e o acesso ao crédito, diferente do Brasil, que passava por restrição de crédito externo, fizeram com que o governo implementasse um programa de importações de máquinas e equipamentos em grande quantidade, que eram essenciais para a modernização da indústria pesada sem que fosse comprometida a indústria leve de consumo e a agricultura.

Em meados da década, os bens intermediários, bens de consumo e alimentos passaram a ser ofertados pela indústria do país, havendo um processo de substituição de importações e aumento das exportações de indústria leve (Faria, 2007).

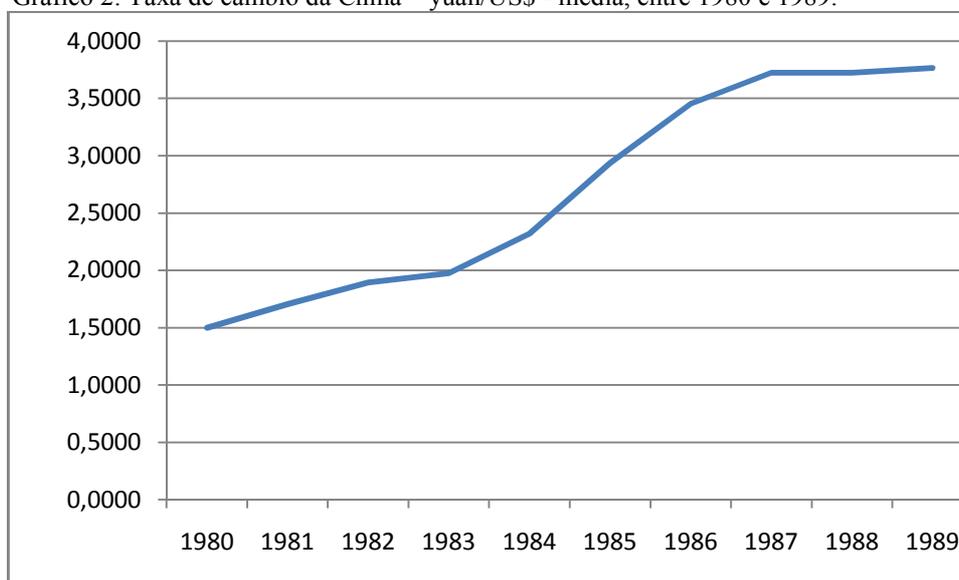
Segundo Martins (2005), a evolução da especialização comercial dos países da Ásia foi para o padrão de comércio dos países desenvolvidos com relação a duas tendências principais: houve diminuição relativa das exportações intensivas em recursos naturais e aumento relativo das exportações com alta tecnologia.

O regime cambial teve papel importante na abertura econômica da China. O regime que durou entre 1981 e 1984 era formado por duas taxas de câmbio: uma oficial e uma secundária. O crescimento das exportações da China contou com a política, em 1984, que foi essencial: o yuan foi desvalorizado, como mostra o gráfico 2, e foi estabelecido um mercado dual de câmbio, tendo a taxa oficial, que foi administrada com

flutuações e o chamado “mercado de swaps”, o qual as empresas da ZEEs¹¹ tinham acesso restrito, e neste mercado a taxa cambial era mais desvalorizada (Medeiros, 1999).

Como coloca Medeiros (1999), em 1985 a taxa secundária foi tirada e a taxa de câmbio oficial passou a ser adotada para todas as transações cambiais. Porém, em 1986 o regime dual de câmbio voltou, nesse momento a taxa oficial foi direcionada para o comércio internacional e para outras transações externas. Foi criada outra taxa de câmbio, mais depreciada que a primeira, para estimular as exportações, que estava direcionada para empresas comprarem e venderem moedas estrangeiras.

Gráfico 2: Taxa de câmbio da China – yuan/US\$ - média, entre 1980 e 1989.



Fonte: IPEADATA.

De acordo com o gráfico 2, durante toda a década de 1980 a taxa de câmbio foi cada vez mais desvalorizada. A partir das reformas, as taxas de câmbio foram gradualmente desvalorizadas durante a década, que de acordo com Cano (1995), com a finalidade de apoiar as indústrias de exportação e a entrada de investimento para aumentar a capacidade de exportação do país. Assim, com a moeda desvalorizada, o país completou a primeira década de crescimento acelerado.

Assim, enquanto o Brasil estimulava as exportações para saldar os haveres externos, a política comercial e cambial chinesa estimulava as exportações ao mesmo

¹¹As ZEEs (ou ZES) foram as principais fontes de abertura da economia da China. São espaços territoriais localizados na região costeira, para elas eram fornecidas facilidades para a implantação de capital estrangeiro, para com isso receber novas tecnologias e aprender novos métodos de administração. Também houve a abertura para mercado para poder expandir as exportações. As primeiras foram Shenzhen, Zhuhai, Xiamen, Shantou, que ficavam em Guandong e nas províncias Fujia.

tempo que importavam bens de capitais e restringia a quantidade de importações em relação às exportações, numa estratégia de mudança estrutural da indústria que, como mostra os argumentos de Kaldor, é o crescimento da indústria que fará com que as exportações aumentem no longo prazo, o que ocorreu nas décadas seguintes. Porém, o alto crescimento da China em relação ao do Brasil está ligado, além desse, a diversos outros fatores.

2.2.3- Fluxos Financeiros.

Mesmo com a concentração de influxo de IED nas regiões costeiras (ainda pequeno se comparado às décadas posteriores), elas tiveram uma expansão reduzida de participação do portfólio total. A entrada de capital especulativo ficou mais evidente na década de 1990¹², porém a China fez políticas de restrição aos fluxos desse tipo de capital (Faria, 2007).

A mundialização do capital¹³, que foi comandada pelos Estados Unidos por meio da liberalização financeira e comercial e ainda de investimento direto, a partir da década de 1980 abrangeu até a Ásia, aumentando a quantidade dessas transações, no entanto, a China impôs regras e limites para estas transações.

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) foi autorizado em 1979, fazendo parte das reformas da economia (que iniciaram em 1978), visando o acesso da economia chinesa a fontes externas de capital, de tecnologia, de técnicas de gestão das empresas, para também suprir a falta de infraestrutura e melhorar a competitividade no cenário internacional. Pois, no início da reforma em 1978/1979, não havia fatores de produção suficiente (principalmente em relação aos bens de capital e tecnologia) para atender as necessidades da indústria (Brandenbur e Sambatii, 2008).

As reformas econômicas deste país buscaram uma estratégia de exportação, atração de IED com uma forte atuação estatal. O governo central, para direcionar melhor

¹² O capital especulativo passou a ser mais evidente na China depois da abertura da Bolsa de Valores em Shenzhen e Xangai, em 1991, Faria (2007).

¹³ “A nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 pode ser caracterizada como sendo a da "mundialização do capital" (uma denominação precisa para o fenômeno da "globalização"). Na verdade, estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalismo. Esse novo período capitalista se desenvolve no bojo de uma profunda crise de superprodução (Brenner, 1999) e é caracterizado por outros autores como sendo marcado pela "produção destrutiva" (Mészáros, 1997) ou ainda pela "acumulação flexível" (Harvey, 1993)”. (Alves, 1999, p.1)

os investimentos estrangeiros diretos, criou as Zonas Especiais (ZEs) as quais obtinham uma quantidade maior de investimentos, sendo responsáveis pela maior parte das exportações do país (Faria, 2007).

Na primeira metade da década, como mostra a tabela 7, a entrada de IED foi pequena, porém a partir da segunda metade da década percebe-se um salto considerável nos volumes de recebimento.

Tabela 7 - Investimento Estrangeiro na China, em entradas, em % do PIB, entre 1980 e 1989.

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
IED	-	-	0,21	0,27	0,48	0,54	0,62	0,85	1,03	0,98

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

A entrada de IED entre os anos de 1980 e 1983, ainda com níveis baixíssimos, como mostra a tabela 7, foi em destino à produção de manufaturados leves exportáveis que eram localizadas nas regiões costeiras. Na segunda metade da década, o governo procurou alocar esses investimentos em setores que fossem voltados para exportação e para tecnologia, entre 1988 e 1990, os fluxos ficaram mais direcionados para a indústria que, de acordo com a tabela 7, foi o período da década que teve maior entrada desses investimentos (Faria, 2007).

Depois das melhorias na regulação do IED e com o crescimento da confiança dos investidores, o fluxo foi aumentando durante a década. No final da década de 1980 e começo da década de 1990 os diferenciais de custos e câmbio foram decisivos para o aumento da entrada de empresas estrangeiras no país.

Como afirma Medeiros (2009), a partir de 1988 o Japão e os 4 “tigres” asiáticos (Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong), foram os investidores regionais, principalmente nos países da ASEAN -4 e na China, fazendo com que aumentasse os fluxos desses investimentos nesses países.

Em relação aos investimentos diretos da China no exterior na década de 1980, o governo chinês tratou os investimentos externos com cautela e somente algumas empresas estatais investiram no exterior. Durante a década, as reservas cambiais foram limitadas e os fluxos de investimentos externos tiveram níveis baixos, representando uma média de menos de USD 0,9 bilhões por ano¹⁴.

¹⁴De acordo com Wenbin e Wilkes (2013).

Tabela 8 - Transações correntes e fluxos de IED da China, entre 1980 e 1989, em bilhões de dólares a preços correntes, entre 1980 e 1989.

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Transações correntes	0,28	2,27	5,67	4,24	2,03	-11,4	-7,03	0,3	-3,8	-4,31
Fluxo líquido de IED	0,05	0,26	0,43	0,91	1,41	1,95	2,24	2,31	3,19	3,39

Fonte: UNCTAD.

De acordo com a tabela 8, o saldo das transações correntes teve aumento em 1981, porém a partir daí manteve-se bem menor, chegando a ter saldo negativo em 4 anos (1985, 1986, 1988 e 1989).

As tabelas a seguir fazem uma breve comparação da conta corrente do Balanço de Pagamentos da China e do Brasil com algumas das maiores economias do mundo.¹⁵

Tabela 9 - Conta corrente líquida do balanço de pagamento de países selecionados, em bilhões de dólares, a preços correntes, entre 1980 e 1989.

País	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Brasil	-12,8	-11,8	-16,3	-6,83	0,03	-0,28	-5,31	-1,45	4,15	1
Canadá	-6,08	-12,5	1,81	-2,54	-1,36	-5,73	-11,2	-13,4	-14,8	-21,8
China	0,28	2,274	5,67	4,24	2,03	-11,4	-7,03	0,3	-3,8	-4,31
França	-4,2	-4,81	-12,1	-5,16	-0,87	-0,03	2,42	-4,44	-4,61	-4,67
Alemanha	-15,7	-5,3	5,51	4,34	9,21	17,99	38,66	44,21	53,96	57,05
Índia	-1,78	-2,69	-2,52	-1,93	-2,31	-4,14	-4,56	-5,17	-7,14	-6,81
Itália	-10,6	-10,5	-7,37	0,69	-3,19	-4,08	2,46	-2,63	-7,18	-12,8
Japão	-10,8	4,77	6,85	20,8	35	51,12	85,87	84,35	79,24	63,21
Reino Unido	6,86	14,12	7,98	5,29	1,83	3,31	-1,32	-12,6	-35,3	-43,1
EUA	2,12	4,81	-11,6	-44,2	-99	-124	-147	-161	-121	-99,5

Fonte: UNCTAD.

Segundo a tabela 9, percebe-se que em relação ao Brasil, a China na primeira metade da década teve saldos da conta corrente mais favoráveis, já em toda a segunda metade a China obteve déficit (exceto em 1987).

¹⁵ De acordo com os dados do FMI.

Tabela 10 - Fluxo líquido de investimentos estrangeiros de países selecionados, em bilhões de dólares, entre 1980 e 1989.

País	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Brasil	1,91	2,52	3,11	1,32	1,501	1,418	317,2	1,169	2,8	1,12
Canadá	5,8	0,66	0,12	2	4,75	1,37	2,85	8,11	6,12	6,01
China	0,05	0,26	0,43	0,91	1,41	1,95	2,24	2,31	3,19	3,39
França	3,32	2,42	1,55	1,63	2,19	2,2	2,86	4,89	7,19	13,07
Alemanha	0,34	0,32	0,75	1,71	0,53	0,87	2,31	2,11	1,16	6,92
Índia	0,07	0,09	0,07	0,006	0,019	0,106	0,117	0,212	0,091	0,25
Itália	0,57	1,12	0,61	1,18	1,32	1,07	-0,17	4,17	6,8	2,52
Japão	0,27	0,18	0,43	0,41	-0,01	0,6	0,24	1,17	-0,48	-1,05
Reino Unido	10,12	5,87	5,41	5,178	-0,34	5,66	8,27	14,68	20,56	28,47
Estados Unidos	16,91	25,19	13,81	11,51	25,56	20,49	36,14	59,58	58,57	69,01

Fonte: UNCTAD.

A Tabela 10 mostra que os fluxos financeiros influenciaram o crescimento das economias, que diferentemente do saldo corrente, os países que obtiveram crescimento nos fluxos financeiros, obtiveram também crescimento econômico, como a China, mostrando a contribuição dos investimentos estrangeiros diretos para o crescimento do país, pois no caso chinês houve mais entradas que saídas desses fluxos, sendo direcionados estrategicamente para setores tecnológicos e de exportação.

A China apresentou considerável aumento dos fluxos de IED ao longo da década, já os fluxos no Brasil em alguns anos obtiveram diminuição, começando a década com maior fluxo que a China e terminando a década com menor. Os Estados Unidos obtiveram maior fluxo e a economia da China foi a que obteve maior crescimento do fluxo, como resultado da estratégia chinesa com medidas de atração a esses investimentos.

2.3 - Conclusão da década de 1980.

Vários fatores contribuíram para que a partir dessa década o crescimento econômico do Brasil estagnasse e o da China alavancasse. A partir do começo dessa década as mudanças na América Latina e na Ásia se deram de forma diferenciada, com a China tendo um cenário favorável para a abertura comercial e para a atração de investimentos enquanto que o Brasil sofria consequências ruins do cenário internacional e regional. A China passou por um conjunto de reformas voltadas para o crescimento econômico, com forte atuação do Estado. Já o Brasil tinha vários problemas tanto interno

como em relação ao exterior, havendo para o Brasil o fim do crédito externo (com o qual havia financiado o crescimento) e desequilíbrios internos.

De acordo com as leis de Kaldor, o crescimento econômico se dá através do aumento da demanda agregada, tendo os desequilíbrios no balanço de pagamentos como restrição ao crescimento, que foi o que ocorreu no Brasil na década de 1980, tendo uma economia comandada pelo FMI e com saldos comerciais para saldar os haveres externos.

A China, com a taxa de câmbio depreciada estimulou as exportações, mas também limitou as importações, fazendo reformas de forma que as políticas de comércio exterior, de fortalecimento de suas indústrias e de inserção externa andaram juntas. A reforma comercial visava aumentar as relações de comércio com outros países e a atração de IED para a China. Já no Brasil, a política de comércio exterior estava em função da dívida externa e voltada para os interesses internacionais, tendo a taxa de câmbio depreciada para estimular as exportações que, ao comparar a tabelas 3 com a 6, percebe-se que nesta década houve mais superávits comerciais no Brasil de que na China, no entanto o aumento das exportações da forma que se deu priorizou a quantidade em detrimento da qualidade, não implementando políticas econômicas para a continuação dos saldos. Nesta década os saldos comerciais do Brasil foram maiores que os da China, porém o aumento do volume das exportações em relação às importações não foi acompanhado com aumento na capacidade de importar, mas sim uma necessidade para cumprir as obrigações com os serviços da dívida.

Nesta década a alta inflação, a política de desvalorização do câmbio, a escassez de divisas fizeram com que os investimentos em setores dinâmicos no Brasil ficassem comprometidos. Levando, entre outros fatores, ao desequilíbrio macroeconômico que criou um cenário desfavorável para o investimento e limitou a capacidade da economia de obter avanços em tecnologia, tendo uma desvantagem comparativa no comércio internacional.

Em relação aos fluxos financeiros no Brasil, esses não foram acompanhados de crescimento da economia, já o grande crescimento dos fluxos de IED na China foi acompanhado de crescimento e desenvolvimento da economia. Os fluxos financeiros na China, desde esta década já foram direcionados para a entrada de IED numa estratégia de desenvolvimento econômico e inserção comercial diferenciada, pois a reforma comercial visava aumentar o comércio com outros países e a atração de IED para o país e a reforma industrial para aumentar a produtividade das empresas.

Diante das reformas econômicas estratégicas da China e da falta de políticas desenvolvimentistas por parte do Brasil, a produção da China nesta década já apresentou considerável aumento, ficando bem à frente do Brasil, obtendo crescimento em toda a década. Os sucessivos déficits no balanço de pagamentos nessa década limitaram o crescimento, tendo os saldos comerciais não voltados para financiar as importações de bens de capitais e investimentos nos setores tecnológicos, mas voltadas para saldarem os haveres externos. Então, estando de acordo com a lei de Kaldor, onde coloca o balanço de pagamentos como restrição ao crescimento.

Percebe-se que o problema do Brasil também está na questão política, pois faltou para o Brasil uma estratégia de política econômica que fizesse com que o país continuasse com seu ritmo de crescimento. Enquanto que a China obtinha uma estratégia de política econômica estruturada e centrada para o crescimento e fortalecimento de sua economia.

Assim, a China obteve crescimento da indústria, que para Kaldor é um fator fundamental para que haja crescimento sustentado. O aumento das exportações da China esteve ligado ao bom cenário internacional e isso dinamizou a economia, que segundo Kaldor o crescimento do produto se dá através da demanda efetiva, que tem as exportações como o fator principal. De acordo com as leis de Kaldor, as exportações não devem se dar principalmente em commodities, como foi o caso do Brasil, mas deve-se investir em setores tecnológicos, como ocorreu na China. Porém, o dinamismo da economia da China não é explicado pelo aumento das exportações. O crescimento da China se deu por meio de um conjunto de fatores externos e internos que favoreceram o aumento das exportações, que através do aumento da demanda agregada, aumenta a produção.

3 - ANOS 90: GLOBALIZAÇÃO, LIBERALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO.

3.1- Brasil

3.1.1- Liberalização e Consenso de Wanshington.

A década de 1990 é marcada pela abertura da economia e pela globalização dos mercados internacionais, pela integração entre países e regiões, pela liberalização e aprofundamento da interdependência entre países e continentes. Foi um período em que ocorreram formações de blocos econômicos regionais e as iniciativas de integração regional entre países, e, principalmente, as ligadas ao Mercosul, que impulsionaram o Brasil no comércio exterior.

A marca principal da década é a incorporação dos países emergentes na globalização financeira. Um conjunto de mudanças tanto qualitativas como quantitativas que dentro do padrão dólar-flexível já estavam nas economias centrais desde o fim do arranjo de Bretton Woods. De acordo com Biancarelli (2003), nas mudanças qualitativas houve um grande aumento da mobilidade mundial dos capitais motivadas por processos de liberalização financeira interna e externa, o ganho relativo da participação das finanças de mercado, e o predomínio da lógica especulativa, entre outros. Nas tendências quantitativas houve aumento do estoque de riqueza financeira global.

No entanto, a globalização causou o agravamento da crise nos países da América Latina, pois os mesmos tinham condições inferiores para competir com os países industrializados no mercado internacional e ainda adotaram políticas impostas pelos centros internacionais que tornaram a economia desses países ainda mais vulneráveis.

Houve a hegemonia do neoliberalismo (que deu origem ao Consenso de Washington) uma nova ordem mundial com três centros econômicos (EUA, União Européia e Japão), sob a tutela dos EUA, em substituição da bipolarização mundial de antes (de 1945 a 1990 – EUA x URSS). O Brasil sofreu influência das políticas do “Consenso de Washington” propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, em que aumentaram as políticas de intensificação da abertura econômica e de privatização.

Tabela 11 - Propostas iniciais do “Consenso de Washington” (1990) e as reformas (2000).

Propostas iniciais em 1990	Reforma nos anos 2000
1. A disciplina fiscal	11. A governança corporativa
2. Reordenação de prioridades das despesas públicas.	12. Anticorrupção
3. Reforma Fiscal.	13. Mercados de trabalho flexíveis
4. Liberalização das taxas de juro.	14. Acordos da OMC
5. A taxa de câmbio competitiva.	15. Códigos e normas financeiras
6. A liberalização do comércio	16. Abertura “prudente” da conta de capital.
7. Liberalização IED	17. Regimes de Taxa de câmbio flexível
8. Privatização.	18. Bancos centrais independentes com metas de inflação
9. A desregulamentação, flexibilização das leis econômicas e trabalhistas.	19. Redes de segurança social
10. Direitos de propriedade intelectual.	20. Alvo de redução da pobreza

FONTE: Rodrik (2006) *apud* Júnior (2011).

A tabela 11 mostra as dez políticas do consenso que foram implementadas no Brasil, e a reforma nos anos 2000, sendo mais fortes as políticas de privatização, desregulamentação e liberalização do comércio (Júnior, 2011).

Segundo Furtado (2004), o “Consenso de Washington” trouxe para a economia brasileira uma desarticulação do mercado interno e do parque industrial. Para ele, “Consenso de Washington” não foi nada mais que um receituário com objetivo neoliberal que estava a serviço da implementação da política imperial dos Estados Unidos.

O diagnóstico desse consenso (que 10 anos depois foi reformulado, de acordo com a segunda coluna da tabela 8) deu origem à crise da economia latino-americana e foi uma submissão das elites do Brasil onde predominou um projeto internacional de orientação neoliberal.

O longo período de recessão nos países da América Latina fez com que esses países se voltassem para a abertura externa, pois a argumentação neoliberal era que essas economias estavam muito fechadas, sendo preciso a abertura para que houvesse dinamismo. De acordo com essa argumentação, nesta década o foco esteve no ajuste importador como forma de expansão das relações comerciais. Na verdade, o resultado do consenso foi que esses países ficaram fortemente dependentes do capital estrangeiro e presos às entidades internacionais (como o FMI). As políticas neoliberais fizeram com que o Brasil experimentasse grandes mudanças, porém contrárias ao desenvolvimento.¹⁶

Assim, o capital estrangeiro voltou a migrar para o Brasil e a indústria foi forçada a uma certa reestruturação produtiva, pois houve predominância desses investimentos no setor de serviços, o que resultou em ganhos de produtividade. Porém, não foi capaz de

¹⁶ De acordo com as afirmações de Júnior (2011).

melhorar o desempenho comercial da produção nacional e nem de retomar o crescimento sustentado, pois esses investimentos estiveram concentrados principalmente em setores que não eram comercializáveis não gerando receita adicional exportadora. Houve mudanças desfavoráveis para a construção de uma indústria forte e de uma estrutura de comércio que tivesse competitividade em seus produtos frente à concorrência externa.

Esta década também foi marcada por cortes de gastos em áreas importantes para inovações e pesquisa e não foram feitas políticas industriais e tecnológicas para desenvolver a economia (Martins, 2004).

Então, as políticas econômicas implementadas não dinamizaram a economia no longo prazo, o PIB em relação à década anterior teve um pequeno aumento, mas o crescimento do PIB diminuiu nos últimos anos da década, como mostra a tabela 12, e se comparado aos países com alto crescimento econômico, como a China, o crescimento é relativamente muito pequeno.

Tabela 12– PIB em bilhões de reais a preços constantes de 1995 e variação do PIB (em %) do Brasil, entre 1990 e 1999.

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
PIB	609,6	615,8	613	641,6	675,8	705,6	720,8	745,1	745,4	747,3
Variação	-4,16	1,03	-0,46	4,66	5,33	4,41	2,15	3,37	0,03	0,25

Fonte: FMI.

Ao analisar a Tabela 12, observa-se que houve pequena variação do PIB durante a década, tendo variação negativa em dois anos (1990 e 1992). Ao comparar a variação desta década com a década de 1980 (ver Tabela 2) percebe-se que houve uma diminuição da variação na maior parte dos anos, exceto nos anos de 1991, 1992 e 1994, principalmente na segunda metade da década, mostrando que nesta década o PIB do Brasil cresceu a taxas menores que na década anterior.

3.1.2- Política comercial e cambial – taxa de câmbio flutuante e políticas voltadas para a abertura da economia.

O processo de liberalização comercial, que teve início no fim da década de 1980, continuou com mais intensidade na década de 1990. Nesta década, a política industrial e de comércio exterior, que teve como foco melhorar a capacidade industrial brasileira, foi a de realizar a abertura comercial para estimular a concorrência (Júnior, 2011).

Ao implementar uma nova política industrial e de comércio exterior, acabou com grande parte das barreiras não tarifárias e reduziu as tarifas de importação, estimulando-as. No entanto, as exportações ainda ficaram concentradas em commodities agrícolas, minerais e ainda em alguns produtos industriais com baixo valor agregado, o que é uma situação desfavorável para o país em relação ao comércio internacional.

A ideia que predominou foi a de que o estímulo às exportações teria que ser substituído pela abertura das importações que, segundo a tabela 13, cresceram na maior parte da década, em que só obteve pequeno decréscimo em relação ao ano anterior nos anos de 1995, 1996 e 1998.

Tabela 13 - Exportações e importação do Brasil, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
PIB	609,6	615,8	613	641,6	675,8	705,6	720,8	745,1	745,4	747,3
Varição	-4,16	1,03	-0,46	4,66	5,33	4,41	2,15	3,37	0,03	0,25

Fonte: Banco Mundial.

Observando a tabela 13, percebe-se que mesmo com iniciativas de abertura comercial desde o final da década de 1980, o grau de abertura só obteve aumento significativo a partir do final da década de 1990. Observa-se ainda que o saldo comercial ficou num nível muito baixo e apresentou saldo negativo em toda segunda metade da década. Isso fez com que durante toda a década houvesse saldo negativo nas transações correntes.

Entre 1990 e 1992, segundo Azevedo e Portugal (1997), ao mesmo tempo em que houve liberalização comercial através da redução das barreiras às importações, o governo acabou com os incentivos às exportações, apresentando maior aumento relativo das importações.

Após o Plano Collor I foram implementadas várias medidas de liberalização às importações, as quais foram: a eliminação dos controles quantitativos para as importações; alíquota zero de imposto para importação de produtos e insumos que não tivessem similares no país; diminuição das alíquotas para produtos têxteis, insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura; e a liberação de guias de importação (Ferreira, 2000).

No governo FHC (a partir de 1995) as privatizações foram intensificadas, para combater a inflação foi adotada valorização cambial, o que estimulou as importações e prejudicou as exportações, que com os preços dos produtos domésticos relativamente

mais caros, perdeu competitividade no comércio internacional e prejudicou a produção nacional (Brum, 2009).

A partir de 1997 foram adotadas algumas medidas para conter as importações, como a limitação dos prazos de financiamentos. Isso depois das consequências econômicas da adoção das políticas do Consenso de Washington. No final de 1999 foi acumulado um déficit comercial refletindo a recente crise cambial, porém o déficit foi reduzido em relação ao ano anterior, devido às medidas para melhorar as contas externas do país. Os déficits na balança comercial também decorreram da vulnerabilidade em que estavam as exportações do Brasil, por conta da crise no mercado mundial e também ocorreu devido às importações de bens de capital (por conta da modernização do parque industrial) e ainda, esses déficits teriam sido maiores se não houvesse os superávits com as commodities e com os bens de consumos não duráveis (Ferreira, 2000).

Em relação à política cambial, esta favoreceu as importações, principalmente as ligadas aos bens de capital. Porém, com as sobrevalorizações, causou déficits comerciais. As importações de bens de capitais para a indústria são essenciais para o seu desenvolvimento.

Em março do ano de 1990o governo implantou um sistema cambial dual. Foi criado um mecanismo formal que possibilitou uma ponte tanto para o mercado paralelo como para o retorno de capitais no exterior. Esse novo regime de câmbio contribuiu para o fluxo de capitais, que foi interrompido na década de 1980 (Azevedo e Portugal, 1997).

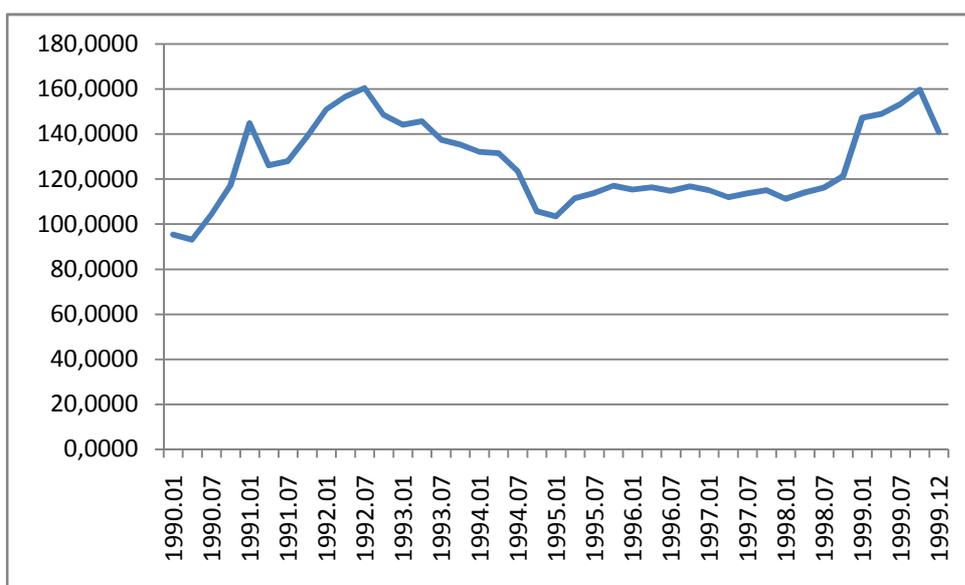
Em 1994, o governo vinculou a moeda do país ao dólar, para dar força a moeda doméstica, por isso “âncora cambial”, e este vínculo da moeda nacional aumentou a credibilidade da população do país e internacional, sendo favorável para os fluxos de capitais¹⁷. No entanto, a sobrevalorização do real trouxe consequências positivas e negativas. Positivas porque ajudou no combate à inflação, aumentou a credibilidade na moeda, favoreceu a importação de máquinas pelas empresas, contribuindo para um aumento na produtividade. Negativas porque a sobrevalorização causou desequilíbrio na balança comercial, fazendo com que a partir de 1995 houvesse déficit na balança comercial (por conta do incentivo ao aumento das importações, devido a diminuição dos preços dos produtos importados). Houve crise no setor exportador, que perdeu competitividade por conta do baixo valor relativo do dólar, perdendo competitividade e

¹⁷ Ver aumento dos fluxos de capitais na década de 1990 na tabela 16. Em que mostra o aumento desses fluxos entre os anos de 1994 e 1995, após a medida do governo de vincular a moeda do país ao dólar.

mercados, até internamente, pois não tinham condições de competir com os produtos importados que estavam mais baratos (Ferreira, 2000).

Em 1995, segundo Brum (2009), o governo desvalorizou o real em torno de 7% e implementou o sistema de banda cambial, passando a fazer uma política gradualista de desvalorização da moeda para estimular a exportações. O governo acreditava que, com a desvalorização do real em relação ao dólar alcançaria saldos positivos na balança comercial, no entanto essa medida não foi tão favorável como se esperava. Depois de 1996 ter tido um relativo bom desempenho, o país sofreu impacto das crises da Ásia e da Rússia, por conta das perdas das reservas cambiais. Diante da contínua fuga de capitais do Brasil, ficou insustentável continuar a política de bandas cambiais.

Gráfico 3: Taxa de câmbio efetiva real do Brasil – IPA-OG*- exportações (média 2005=100), entre 1990 e 1999.



Fonte: IPEADATA

De acordo com o gráfico 3, a taxa de câmbio brasileira durante a década se deu com grandes variações, diferente da China (ver gráfico 4), mostrando a taxa cambial adotada pelo país e refletindo na instabilidade e vulnerabilidade da economia neste período.

Assim, após a implementação do plano real (em 1994), o Brasil passou por várias crises cambiais até 1999. Depois do colapso cambial de 1999, não houve mais reservas suficientemente seguras diante da instabilidade na economia do Brasil e na economia mundial.

Em síntese, a política comercial e cambial na maior parte da década desestimulou as exportações e estimulou as importações, causando déficits comerciais, e consequentemente déficits nas transações correntes. No entanto, a política cambial favoreceu a entrada de capitais estrangeiros no país, mas que não foram transformados em investimentos em setores que fossem dinamizar a economia.

3.1.3- Fluxos financeiros

O acesso aos fluxos financeiros nos países em desenvolvimento nesta década mudou o quadro macroeconômico e de restrição externa. No Brasil, a abertura possibilitou a entrada dos fluxos de capitais em suas diferentes modalidades e permitiu que as instituições financeiras de outros países pudessem operar dentro do sistema financeiro brasileiro fazendo com que a conta financeira e de capital¹⁸, obtivesse saldos positivos elevados em toda a década, levando o balanço de pagamentos a ter saldo positivo durante a maior parte da década (exceto em 1991 e 1997-1999).

Em relação à macroeconomia, a abertura financeira procurou resolver a questão da restrição ao crescimento por conta dos problemas no Balanço de Pagamentos. Assim, o aumento de reservas obtido num primeiro momento, diminuiu as restrições do Balanço de Pagamentos. Porém, tendo em vista a globalização, os governos partiam da premissa que sempre haveria capital internacional disponível para financiar os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos, no entanto isso não aconteceu e o país passou a enfrentar novas restrições externas ao crescimento, e agora com maior grau de vulnerabilidade financeira (Sambatti e Rissato, 2008).

Os fatores externos como o bom cenário macroeconômico dos países centrais e a diminuição das alternativas rentáveis que estavam disponíveis nos países desenvolvidos foram o impulso inicial para que os capitais privados voltassem para os países latino-americanos, a partir do começo da década (Arienti, 2004). Além disso, a queda da taxa de juros dos Estados Unidos, no início desta década, fez com que os investidores estrangeiros voltassem para a busca de investimentos em países considerados de alto risco. Diante deste quadro, o governo do Brasil aplicou várias medidas para que houvesse um aumento do grau de abertura da economia do país, dando possibilidades para atrair capitais externos privados, que foram reduzidos na década anterior.

¹⁸ Para análise das contas financeiras e de capital, ver Tabela 16 na página 47.

Já os fatores internos, foram a política monetária com altas taxas de juros, o processo de estabilização da economia e as privatizações das empresas estatais. Entretanto, nesta década os investimentos em portfólio (capitais de curto prazo) se tornaram o componente mais importante dos fluxos de capitais internacionais. Isso, juntamente com o direcionamento interno que foi dado aos recursos captados no exterior, condicionou a vulnerabilidade externa do Brasil (Sambatti e Rissato, 2008).

Em 1991, foram aplicadas medidas que permitiram a mobilidade de capitais, como a eliminação do prazo mínimo de sua permanência no país, isenção de imposto de renda sobre ganhos de capital, sendo a principal medida a autorização para captação externa na forma de securities¹⁹. Já para empresas do Brasil, foram feitas mudanças legislativas em relação ao mercado financeiro, onde foram feitas diminuições de barreiras e facilitou o ingresso de capitais direcionados para investimentos em portfólio na Bolsa de Valores. Como não há prazo mínimo determinado por lei, esses investimentos são voláteis e tem curto prazo. E, por conta desses incentivos, a partir de 1992 ocorre um aumento da participação do capital especulativo no Brasil, onde foi alcançado o auge no ano de 1995 (Faria, 2007).

Foram também criadas condições que facilitaram os residentes do Brasil a fazer investimento no exterior, por meio dos Fundos de Investimentos no Exterior, através de títulos da dívida brasileira e da Carta Circular número 5 (CC-5), em que os bancos passaram a obter depósitos em moeda doméstica e fazer conversão da mesma em moeda estrangeira no exterior. No entanto essas medidas possibilitaram a fuga generalizada de capitais em fases em que ocorreram turbulências financeiras (Faria, 2007).

Então, nesta década, o relaxamento do controle sobre os fluxos de capitais, adotando as recomendações de política econômica neoliberal fez com que houvesse aumento no grau de abertura financeira e deixou a economia mais exposta a movimentos especulativos, com a mobilidade desses fluxos tendendo a ser elevada nos períodos de instabilidade. Assim, como a influência dos movimentos de capitais sobre a vulnerabilidade externa depende da magnitude do investimento em portfólio na conta capital, pois é o mais volátil e se movimenta a partir das variações conjunturais (Carcanholo, 2002 *apud* Sambattie Rissato, 2008).

Assim, como no Brasil os capitais de curto prazo predominaram na maior parte da década, isso deixou o país mais vulnerável e com a credibilidade do país abalada.

¹⁹ Valores mobiliários.

3.1.3.1- Investimento Estrangeiro Direto (IED).

Na década de 1990 houve um aumento dos fluxos do Investimento Estrangeiro Direto vindos para o Brasil, conforme podemos observar na tabela 14. A entrada desses investimentos, no entanto, intensificou-se depois de 1996, também com as políticas feitas no Plano Real. Além das privatizações das empresas estatais, a desregulamentação econômica, a necessidade de modernização do parque industrial brasileiro, a estabilização econômica e programas de privatizações proporcionaram um cenário favorável para a entrada desses investimentos estrangeiros.

Só a partir de 1996 foram colocadas medidas para restringir as entradas de capitais de curto prazo e de incentivo a entrada de Investimento Estrangeiro Direto e depois de 1998 foram impostas medidas liberais para o retorno do capital, como observa Faria (2007),

As autoridades monetárias brasileiras a partir de 1996 perceberam que era preciso melhorar a qualidade do fluxo de capital no país, incentivando a entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e restringindo as entradas de capital de curto prazo. Porém, com a crise asiática de 1997 e da Rússia em 1998, houve uma contração expressiva dos fluxos de capitais, mais do que o desejado, fazendo com que o Banco Central adotasse medidas liberalizantes para o retorno do capital, inclusive o de curto prazo”, com objetivo de melhorar a qualidade do fluxo de capitais no país. (FARIA, 2007, p.52)

Tabela 14 - Investimento Estrangeiro Direto do Brasil, em entradas, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
IED	0,2	0,2	0,5	0,2	0,5	0,6	1,3	2,2	3,7	4,8

Fonte: FMI

Como mostra a tabela acima, na primeira metade da década de 90, o fluxo de IED foi um pouco menor do que em alguns anos da década de 1980 (tabela 4), apresentando diferenças da década anterior a partir de 1996.

No entanto, o ingresso de IED no Brasil, a predominância no setor de serviços em relação ao industrial, juntamente com a desregulamentação da economia e privatização na segunda metade desta década, fez com que houvesse aumento da vulnerabilidade externa da economia do país fazendo com que a entrada desses investimentos não refletisse no aumento do PIB.

No Brasil, de acordo com Sambatti e Rissato (2008), a maioria desses fluxos esteve relacionado com fusões, aquisições de empresas estatais e voltadas para o setor de serviços. Com isso, os investimentos não proporcionaram melhoria na capacidade do país

de gerar recursos para saldar os haveres externos via exportações, uma vez que não houve um direcionamento estratégico que aumentasse essa capacidade.

Como a entrada de capital tinha o objetivo principal de financiar os déficits em transações correntes, o que mais interessava ao governo era a quantidade de capital que entrava na economia, para financiar os desequilíbrios e não a qualidade, como tinha sido a preocupação da China.

Já os investimentos diretos em saídas líquidas foram menores que a entrada, como mostra a tabela 15.

Tabela 15 - Investimento Estrangeiro Direto, em saídas líquidas, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
IED	0,134	2,489	0,035	0,112	0,126	0,142	--	0,128	0,338	0,288

Fonte: FMI

Sendo assim, os fluxos financeiros no Brasil na maior parte da década, tiveram o destino dos investimentos em carteira, aumentando a vulnerabilidade e diminuindo a credibilidade do país. Os fluxos de IED não foram direcionados para financiamento da produção e dos setores exportadores e isso gerou uma inconstância entre a dívida externa e a capacidade de pagamento²⁰.

Na Tabela 16, observa-se que a conta corrente não teve tanta importância (por conta dos déficits da balança comercial, causados pelas políticas de incentivo às importações) para o balanço de pagamentos e que a conta capital e financeira foi importante para o balanço na maior parte da década, uma vez que a conta corrente apresentou déficit na maior parte da década (exceto em 1992), e as contas de capital e financeira apresentaram saldos crescentes (exceto em alguns anos que apresentaram pequenas quedas), não diminuindo a importância para o balanço. Entre 1991 e 1996 os fluxos de investimento em carteira foram maiores que os fluxos de investimentos estrangeiros. Assim, a maior parte do fluxo de investimento se deu em investimento em carteira, que a partir de 1997 passou a ter queda refletindo na diminuição do saldo do balanço de pagamentos que chegou a ter saldos negativos a partir de 1997.

²⁰ Pois, o Brasil não seguiu o ciclo: endividamento externo/ aumento dos investimentos/ aumento da capacidade exportadora/ pagamento da dívida externa – não é gerado e, assim, o país entra numa trajetória ‘explosiva’ e insustentável de endividamento, na qual todo aumento da dívida externa é canalizado para a rolagem da própria dívida (SAMBATTI e RISSATO, 2008).

Tabela 16 - Balanço de pagamento do Brasil, em bilhões de dólares, 1990 e 1999.

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Transações Correntes	-3,78	-1,40	6,10	-0,67	-1,81	-18,38	-23,50	-30,45	-33,41	-25,33
Balança comercial (FOB)	10,75	10,57	15,23	13,29	10,46	-3,46	-5,59	-6,75	-6,57	-1,19
Conta Capital e Financeira	4,59	0,16	9,94	10,49	8,69	29,09	33,96	25,80	29,70	17,31
Conta de Capital	0,0011	0,0002	0,036	0,08	0,17	0,35	0,45	0,39	0,32	0,33
Conta Financeira	4,59	0,16	9,91	10,41	8,51	28,74	33,51	25,40	29,38	16,98
Investimento Direto	0,36	0,087	1,92	0,79	1,46	3,30	11,26	17,87	26,00	26,88
Investimento brasileiro direto	-0,62	-1,01	-0,13	-0,49	-0,68	-1,09	0,46	-1,11	-2,85	-1,69
Investimento estrangeiro direto	0,98	1,10	2,06	1,29	2,14	4,40	10,79	18,99	28,85	28,57
Investimento em Carteira	0,47	3,80	14,46	12,32	50,64	9,21	21,61	12,61	18,12	3,80
Investimento brasileiro (carteira)	-0,106	0,0001	-0,0001	-0,6	-3,4	-1,15	-0,4	1,7	-4,5	0,25
Investimento estrangeiro(carteira)	0,57	3,80	14,46	12,92	54,04	10,37	22,02	10,9	18,58	3,54
Derivativos(líquido)	0,0018	0,0027	0,0025	0,0053	-0,02	0,01	-0,038	-0,25	-0,45	-0,08
Outros Investimentos	3,75	-3,73	-6,48	-2,71	-43,5	16,2	0,672	-4,83	-14,28	-13,6
Resultado do Balanço	0,48	-0,36	14,67	8,70	7,21	12,91	8,66	-7,9	-7,97	-7,82

Fonte: Banco Central.

Analisando ainda a Tabela 16, observa-se que o país começa a receber um fluxo crescente de capital de investimento estrangeiro em carteira no início da década de 1990, especialmente a partir de 1992. Porém, houve redução em 1995 que de acordo com Arienti (2004), foi consequência da crise mexicana, no final de 1994. Porém, a redução se torna mais significativa em 1999, refletindo a crise asiática de 1997, a crise russa em 1998 e a brasileira em janeiro de 1999.

3.2 – China.

3.2.1- Expansão econômica no cenário internacional, Consenso de Pequim.

A China foi beneficiada pelos EUA por conta dos conflitos de comércio entre este país e o Japão. Assim como no Japão, o aumento das exportações chinesas fez com que houvesse um elevado saldo de transações e de reservas, dando condições desses países de serem os principais credores internacionais. Entretanto, diferentemente do Japão, a China

teve maior autonomia em sua política econômica dos fluxos de capitais e em relação à abertura da economia (FIORI, 2004).

Diferentemente do Brasil (que teve influência do consenso de Washington na inserção internacional, onde adotou as 10 políticas do consenso), a China adotou parte das políticas (a saber, apenas as 5 primeiras da tabela 5), e retardou a aplicação das políticas relacionadas a desregulamentação, e liberalização financeira e a privatização. E ainda, a China enfatiza a inovação tecnológica, o que não está mencionado nas políticas do “Consenso de Washington” (Júnior, 2011).

O governo chinês seguiu um conjunto de ideias que eram contrárias às leis do Consenso de Washington, o qual foi denominado de “Consenso de Pequim”. É uma proposta de um novo caminho rumo ao desenvolvimento. Diante da crise Asiática, em 1997, e o desenvolvimento bem sucedido da China, gerou uma insatisfação em relação às políticas neoliberais do Consenso de Washington, e ganhou força as políticas de Pequim, levando a formação do Consenso de Pequim (Júnior, 2011).

Na verdade, na China houve a construção de uma economia de mercado específica em que estão presentes elementos neoliberais e o controle centralizado autoritário, pois há coincidência das reformas chinesas com as a mudança conjunturais e as soluções neoliberais vigentes na época na nos Estados Unidos e na Grã- Bretanha (Harvey, 2008).

Diante dos resultados da estratégia chinesa, principalmente com políticas para o crescimento da indústria e aumento das exportações, o PIB nesta década foi muito maior que da década anterior²¹, e, se comparado ao PIB brasileiro nesta década, há uma diferença considerável²².

Tabela 17 - PIB, variação do PIB (em %) da China, entre 1990 e 1999.

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
PIB	1935	2112	2413	2750	3110	3450	3795	4148	4473	4813
Variação	3,83	9,17	14,24	13,96	13,08	10,92	10	9,29	7,83	7,62

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

De acordo com a tabela 17, a China obteve crescimento do PIB toda a década, porém, entre 1997 e 1999 as taxas de crescimento diminuíram, o que foi acompanhado na diminuição dos investimentos diretos estrangeiros, como mostra a tabela 19.

²¹ Percebe-se o grande aumento do PIB entre a década de 1980 e 1990 comparando as tabelas 3 e 12.

²² Para o PIB do Brasil nesta década, ver tabela 2.

3.2.2- Política comercial e cambial – Expansão das exportações e taxa de câmbio.

Houve, nesta década, um intenso aumento das exportações chinesas, com crescimento acima da média mundial. A abertura e dinamismo da economia da Ásia foram importantes para o aumento dos fluxos comerciais no país, que de acordo com Medeiros (2006), a China na década de 1990 obteve a maior expansão no comércio internacional entre os países da Ásia.

A China teve grande necessidade de importar e essa necessidade de importação de máquinas e equipamentos fez com que houvesse a necessidade de divisas. Assim há uma grande importância do comércio exterior para o país, que nesta década continuou com uma abertura comercial com regulamentos.

Na década de 1990, a China passou a estabelecer uma liberalização moderada, acabando com o planejamento compulsório das exportações, mantendo os controles e restrições às importações. As FIEs²³ foram o motor para o crescimento das exportações, por conta da posse de condições melhores para atuar no mercado mundial. E, segundo Lazzari (2005), em 1997, as exportações apresentaram uma taxa de 40% para as FIEs e de somente 9% para as firmas domésticas.

Tabela 18 - Exportações e Importações de bens e serviços da China, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações	16,07	17,36	18,64	19,64	21,26	20,22	20,05	21,75	20,34	20,16
Importações	13,08	14,3	17,46	22,32	19,95	18,58	18	17,25	6,04	17,52
Saldo	2,98	3,05	1,18	-2,67	1,31	1,64	2,05	4,49	4,29	2,64

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

De acordo com a tabela 18, o saldo comercial do país esteve positivo em quase toda a década, exceto no ano de 1993. Até o ano de 1994 as exportações cresciam a taxas positivas, a partir de 1995 houve diminuição das exportações, exceto no ano de 1997. As importações cresceram até o ano de 1993 e passou a apresentar diminuição a partir de 1994 até o final da década. No entanto, é importante repetir que a China na década de 90 apresentou um alto índice de exportações em relação ao comércio internacional.

Na primeira parte da década de 90, as FIEs foram responsáveis pela maior parte do crescimento das exportações, tendo as empresas do país, menor participação. Com a apreciação do yuan, a renda recebida em yuan pelas exportações foram diminuídas tanto

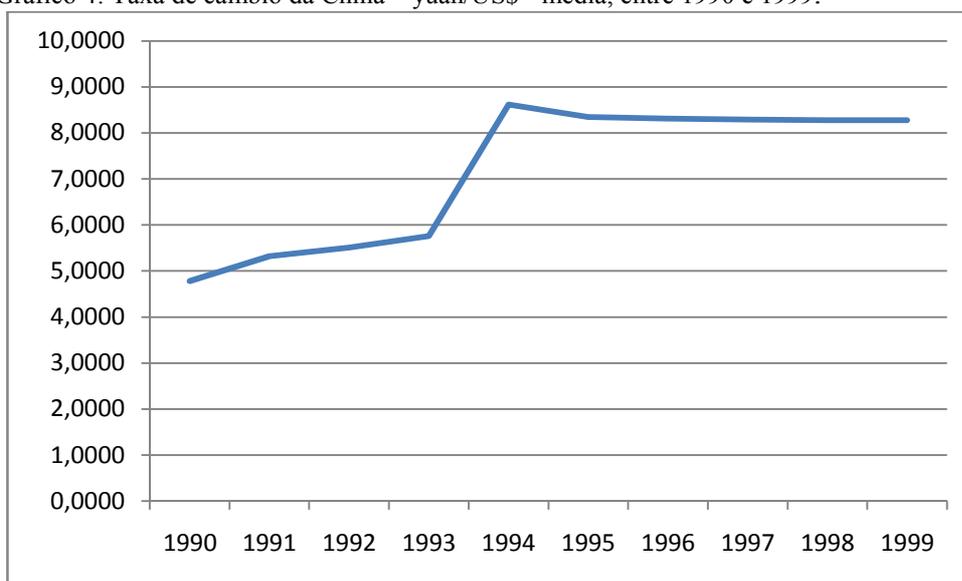
²³Empresas estrangeiras na China.

para as FIEs como para as firmas domésticas. Assim, as FIEs, por importar a maior parte de seus insumos, tiveram diminuição nos seus custos. E estas tinham tratamento privilegiado em relação às firmas domésticas, na importação de máquinas e equipamentos.

A partir de 1995, segundo Medeiros (2006), a China aumentou seu superávit comercial com os Estados Unidos e com União Europeia, que juntamente com o comércio regional em expansão obteve um grande aumento tanto em exportações como em importações, numa estratégia voltada para que os ganhos comerciais fossem revertidos em investimentos em setores estratégicos.

A partir de 1994 o país adotou um regime de flutuação também com uma banda restrita, mas que, na prática, acabou sendo um sistema de câmbio unitário, e em 1995, de acordo com o gráfico, o câmbio manteve-se estável, sendo acompanhado pelo aumento das exportações também a partir de 1995, como mostra a tabela 13. Assim, a taxa cambial no país tem sido administrada com proibições e limitação quantitativa. A gradual liberalização do sistema de câmbio chinês tem sido uma das formas de proporcionar garantia de uma oferta de recursos externos, ao manter a taxa de câmbio com alterações controladas (exceto em 1994) e estável, na segunda metade da década, como mostra o gráfico⁴, proporcionando um isolamento no mercado financeiro chinês das flutuações no mercado financeiro mundial, principalmente em relação às taxas de câmbio externas e às taxas de juros externas.

Gráfico 4: Taxa de câmbio da China – yuan/US\$ - média, entre 1990 e 1999.



Fonte: IPEADATA.

De acordo com o gráfico acima, a taxa de câmbio manteve-se estável (ou com alterações controladas) na maior parte da década, havendo uma variação considerável apenas entre 1993 e 1994, mantendo-se estável a partir de 1995.

O crescimento chinês no comércio internacional fez com que, mesmo diante de sucessivas desvalorizações das principais moedas da Ásia, por conta da crise de 1997, a taxa de câmbio nominal do yuan com o dólar permanecesse sem grandes alterações fazendo com que o país mantivesse um programa de crescimento econômico por meio da expansão da demanda interna.

É importante destacar que, mesmo com os ajustes, a tendência da moeda foi de depreciação. No entanto, o crescimento das exportações chinesas para os Estados Unidos não foi por conta da depreciação da moeda do país frente ao dólar, mas entre outros, pelo favoritismo dado à China, pelos EUA.

3.2.3- Fluxos financeiros

3.2.3.1- Capitais especulativos

A China marcou uma postura diferenciada com restrições aos influxos de curto prazo e estímulos aos de longo prazo. Somente na década de 1990 é que a entrada de capital volátil passou a ser mais evidente na China. Isso ocorreu depois que a Bolsa de Valores em Shenzhen e Xangai foi aberta, no ano de 1991 e, como mais uma singularidade da economia chinesa, isso não fez com que o Estado perdesse seu poder, mas significou o acesso de empresas estatais ao mercado de capitais. Foi criado um segmento de ações voltado para os estrangeiros e outro segmento apenas para os grupos do país, havendo assim uma divisão no comércio das ações.

Diferentemente do Brasil, onde houve liberalização, o governo chinês implementou regras para o fluxo de capitais, impondo controles administrativos, como limites para o prazo de permanência dos investimentos e/ou dos valores dos investimentos, operando com uma taxa de juros com um nível baixo, se comparada com as taxas de juros internacionais. Com a crise asiática, em 1997, o sistema financeiro foi pouco abalado pelo fato de ter um sistema financeiro mais fechado e o país ter um forte controle na conta de capitais. Como afirma Brandenburg e Sambatti (2008), os

investimentos em portfólio foram desestimulados que, segundo o autor, a abertura financeira da China ficou mais voltada para a entrada de IED.

3.2.3.2- Investimento Externo Direto.

Mesmo tendo começado o processo de abertura econômica financeira na década anterior, com o incentivo selecionado de IED como uma das políticas, a explosão desses investimentos só veio ocorrer na década de 90, tendo em vista até 1991 o IDE era abaixo de 1% do PIB, como mostra a tabela 14. E, no ano de 1995, o investimento direto estrangeiro atingiu quase 5% do PIB, sendo a economia emergente que atraiu mais IED nesta década.

De início, o governo da China adotou uma política de atração dos investimentos externos com base em duas intenções centrais: a primeira pelo fato de que a área de atuação das ETs e dos credores externos teriam de estar ligadas a potencializar a assimilação de tecnologias que, sem a participação do capital estrangeiro, não poderiam se dar na velocidade almejada. A segunda, e principal, foi a participação do capital internacional ter sido planejada para diminuir a dependência financeira e tecnológica ao exterior, impor um limite para a movimentação de recursos destinados ao exterior como pagamento de remessas de lucros e royalties, para que esse montante não chegasse a um nível prejudicial ao equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos e reduzir o efeito exercido pela presença do capital internacional na formulação das políticas econômicas. (Sampaio,1999 *apud* Brandenburg e Sambatti, 2008).

Tabela 19 - Investimento Estrangeiro Direto na China, em entradas líquidas, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
IED	0,97	1,15	2,63	6,24	6,04	4,92	4,69	4,64	4,29	3,57

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Observando esta tabela, é possível perceber que até 1994 a entrada desses investimentos teve aumento e que entre os anos de 1995 e 1999 houve diminuição por conta dos padrões regulatórios estabelecidos na metade da década, como já foi citado.

Mesmo assim, se comparado com a década anterior²⁴, verifica-se o grande aumento desses investimentos.

Já em relação aos investimentos diretos da China no exterior, durante a década aumentou o montante de investimento estrangeiro, porém, os fluxos desses investimentos foram voláteis, com grandes oscilações durante o período. De acordo com Wenbin e Wilkes (2013), em 1991, o valor dos investimentos realizados no exterior foi um pouco maior que USD 0,9 bilhões. Entretanto, no ano seguinte esse valor mais do que quadruplicou passando para USD 4 bilhões, mantendo esse valor no ano de 1993, e em 1994 houve queda de 50% (USD 2 bilhões). No período de 1995-1998, teve aumento de forma constante; no entanto, no ano de 1999, o valor caiu muito, chegando a estar no nível do ano de 1991. As mudanças políticas durante a década, entre outros fatores, contribuíram para a volatilidade (Wenbin e Wilkes, 2013).

Tabela 20 - Investimento Estrangeiro Direto na China, em saídas líquidas, em porcentagem do PIB, entre 1990 e 1999.

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
IED	0,213	0,223	0,819	0,718	0,358	0,275	0,247	0,269	0,258	0,164

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

De acordo com a tabela, as saídas de IED foram bem menores que as entradas. As saídas obtiveram aumento de 1990 até 1992, a partir de 1993 a saída desses investimentos mostra-se decrescente, voltando a ter um pequeno aumento apenas em 1997 e decrescendo até o final da década.

O aumento dos investimentos estrangeiros diretos, nesta década também foi beneficiado com o rápido crescimento da economia chinesa, o aumento do mercado consumidor, a grande quantidade e de mão-de-obra barata, por conta das políticas macroeconômicas que foram implementadas, pelos incentivos fiscais e com a baixa carga tributária.

Tabela 21 - Fluxos de capitais para a China, em milhões de US\$, em 1990, 1995 e 1999.

Anos	1990	1995	1999
Investimento Direto Estrangeiro	2657	33849	36978
Investimento em portfólio	-241	789	-11234
Outros capitais de curto prazo	839	4035	-20540

Fonte: ABD – Key Indicators *apud* Vieira (2006).

²⁴ Fazendo a comparação da tabela 14 com a tabela 7.

De acordo com a tabela 21, os fluxos de IED foram muito maiores que os dos outros tipos de capitais. Os Investimentos Estrangeiros Diretos, ao longo da década de 1990, são os tipos de capitais que explicam as elevadas taxas de crescimento da China, crescimento este, que se deu no conjunto da economia e um ponto forte que foi a diversificação e expansão da indústria, uma vez que a preocupação do governo era de intensificar a acumulação de capital e o de investimentos em bens de capital que seria essencial para a modernização da indústria e ao mesmo tempo expandindo a produção agrícola e da indústria de bens de consumo, pois o governo chinês tinha suas políticas voltadas para o crescimento em todos os setores.

O Investimento Direto Estrangeiro, diferentemente do ocorreu no Brasil, foi intensivamente realocado em direção a setores intensivos em capital visando o desenvolvimento das indústrias químicas, as indústrias de máquinas e as de transporte, em eletrônicos, em setores tecnológicos e em centros de pesquisa e desenvolvimento, tornando o país um polo de atração de investimentos externos diretos.

Tabela 22 - Transações correntes, e fluxo de IED na China, em bilhões de dólares, entre 1990 e 1999.

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Transações Correntes	11,99	13,27	6,4	-11,6	6,9	1,61	7,24	36,96	31,47	21,11
Fluxo líquido de IED	3,48	4,36	11	27,51	33,76	37,52	41,72	45,25	45,46	40,31

Fonte: UNCTAD

A tabela 22 mostra que apesar do crescimento das exportações chinesas, os saldos da balança comercial não tiveram significativa importância para os saldos da conta corrente, e mostra o crescimento dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto, que entre 1990 e 1999 teve um aumento de mais de dez vezes, apresentando crescimento em quase toda a década, exceto em 1998 e 1999, anos que tiveram pequena redução, por conta das regulamentações, já mencionadas, impostas nestes anos.

Tabela 23 - Conta corrente líquida de países selecionados, em bilhões de dólares, a preços correntes e taxas de câmbio atuais, entre 1990 e 1999.

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Japão	44,07	68,2	112,6	131,6	130,3	111	65,79	96,81	118,7	114,6
França	-9,94	-6,51	3,89	8,98	7,41	10,84	20,56	37,8	37,69	45,86
China	11,99	13,27	6,4	-11,6	6,9	1,61	7,24	36,96	31,47	21,11
Itália	-16,5	-24,5	-29,2	7,8	13,2	25,07	39,99	32,4	19,99	8,11
Federação Russa	—	—	4,17	7,5	7,84	6,96	10,84	-0,08	0,21	24,61
Índia	-7,03	-4,29	-4,48	-1,87	-1,67	-5,56	-5,95	-2,96	-6,9	-3,22
Canadá	-19,8	-22,3	-21,2	-21,8	-13	-4,32	3,37	-8,23	-7,83	1,76
Brasil	-3,82	-1,45	6,08	-0,67	-1,15	-18,1	-23,2	-30,5	-33,8	-25,4
Alemanha	46,45	-24,4	-23	-19,3	-31,1	-30	-14,4	-10,2	-16	-27,7
Reino Unido	-38,8	-19	-23,2	-17,7	-10	-13,4	-10,3	-1,4	-5,27	-35,4
Estados Unidos	-79	2,85	-51,6	-84,8	-122	-114	-125	-141	-215	-302

Fonte: UNCTAD.

A tabela 23 mostra que na década de 1990 a conta corrente da China se deu com saldo positivo durante toda a década e a do Brasil com saldo negativo, por conta das políticas comerciais e cambiais que incentivaram as importações, levando a déficits comerciais.

Tabela 24 - Fluxos de investimento estrangeiro direto líquido de países selecionados, em bilhões de dólares, a preços correntes, entre 1990 e 1999.

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	0,98	1,1	2,06	1,29	2,14	4,40	10,79	18,99	28,85	28,57
Canadá	7,58	2,88	4,72	4,73	8,20	9,25	9,63	11,52	22,80	24,74
China	3,48	4,36	11,0	27,51	33,76	37,52	41,72	45,25	45,46	40,31
França	15,62	16,18	18,75	16,62	15,68	23,56	21,74	23,38	31,24	46,54
Alemanha	2,962	4,727	-2,08	0,36	7,13	12,02	6,57	12,24	24,59	56,07
Índia	0,23	0,07	0,25	0,53	0,97	2,15	2,52	3,61	2,63	2,16
Itália	6,34	2,48	3,20	3,74	2,23	4,81	3,53	4,96	4,28	6,91
Japão	1,80	1,28	2,75	0,21	0,88	0,41	0,22	3,22	3,19	12,74
Reino Unido	30,46	14,84	15,47	14,80	9,25	19,96	24,43	33,22	74,32	87,97
Estados Unidos	48,42	22,79	19,22	50,66	45,09	58,77	84,45	103,39	174,43	28,33

Fonte: UNCTAD.

Como mostra a tabela 24, a China fica à frente do Brasil em relação aos fluxos de investimentos estrangeiros, assim também como no saldo comercial e no saldo da conta corrente. Sendo a posição da China privilegiada em relação a posição brasileira por conta

das medidas econômicas implantadas na China em relação a inserção externa e as reformas no país, que visavam o crescimento em todos os setores da economia.

A China manteve-se com os melhores saldos comerciais e com os maiores fluxos de investimentos estrangeiros, enquanto que as economias que obtiveram maiores saldos comerciais apresentaram menores fluxos de IED. Já Índia, nesta década, manteve-se entre os menores fluxos.

Assim, de acordo com Silva (2004),

a queda dos investimentos realizados pelos países desenvolvidos no início dos 1990 refletiu a acomodação relativa do processo de fusões e aquisições, devido à desaceleração nos planos de expansão de suas empresas frente a uma maior pressão competitiva internacional. No entanto, o prosseguimento do processo de liberalização financeira e da estrutura regulatória do IDE, comércio e tecnologia em muitos países, além da implementação de amplos programas de privatização, acabou tornando disponível um amplo espectro de ativos em escala global, o que significou a criação oportunidades adicionais de negócios aos investidores estrangeiros. Nesse contexto, a partir da segunda metade da década de 1990 os planos de investimentos foram retomados.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, experimentaram uma participação crescente nos fluxos recebidos de IDE durante a primeira metade da década de 1990, e um decréscimo na segunda metade, quando os investimentos nos países centrais voltaram a aumentar a partir de 1998. No período como um todo, as economias em desenvolvimento receberam em média US\$ 131,4 bilhões entre 1990-2000, elevando sua participação para 27% nos fluxos totais de IDE recebidos, frente aos 22% dos anos 1980. Quanto aos investimentos realizados, os países em desenvolvimento também aumentaram sua participação média: de 2,4% na década de 1980 para 10,3% na década de 1990, em termos médios. (Silva, 2004 P 89, 90)

3.3 – Conclusão da década de 1990.

Nesta década, o atraso brasileiro em relação à economia chinesa esteve ligado, como na década anterior, a fatores externos e internos. Na década de 1990, com a incorporação dos países emergentes na globalização financeira, os dois países receberam grandes quantidades de fluxos financeiros. A China teve o cenário internacional favorável e o Brasil tinha condições inferiores de competir no mercado internacional. A China optou por adotar políticas contrárias às do Consenso de Washington, o consenso de Pequim, com políticas favoráveis ao desenvolvimento. Já o Brasil aplicou as políticas neoliberais do Consenso de Washington que provocou desarticulação do mercado interno, crise para o país e continuação da submissão das elites do Brasil onde predominou um projeto internacional de orientação neoliberal. As políticas neoliberais fizeram com que o Brasil experimentasse grandes mudanças, porém contrárias ao desenvolvimento. Assim,

como resultado das estratégias diferenciadas adotadas pela China observa-se um desempenho, em termos de crescimento econômico, superior ao do Brasil, com o PIB tendo alto crescimento, diferente do PIB do Brasil.

A questão regional é fundamental para entender porque o Brasil ficou para trás em relação à China em crescimento econômico. Diferentemente das economias asiáticas, na América Latina ainda que os serviços da dívida com o exterior tenham reduzido pela metade²⁵ em relação à década anterior, está mais elevado do que nos países da Ásia. Os fluxos financeiros deram-se na maioria em fluxos financeiros voláteis sem estarem vinculados diretamente com o setor exportador e ainda as políticas cambiais que foram adotadas a taxa de importação foi maior que a de exportação, diferente do que ocorreu com países asiáticos, principalmente com a China.

Em relação à política comercial desta década, a chinesa teve uma liberalização moderada com restrição às importações e estímulos para as exportações que se deram juntamente com políticas de estratégias que direcionaram a economia para o desenvolvimento industrial e econômico. Já a política comercial do Brasil, na maior parte da década, foi de incentivar as importações e com as exportações concentradas em produtos com baixo valor agregado, como na década anterior, com isso durante toda a segunda metade da década, o saldo manteve-se negativo. Continuando com pouco ganho em produtividade industrial e com as exportações tendo como prioridade as commodities, o país com isso não tem o dinamismo que as economias que têm produtos industriais como principais exportações de sua pauta, perdendo competitividade no comércio internacional, como colocam as leis de Kaldor.

A política cambial brasileira favoreceu as importações, desestimulou as exportações e contribuiu para o fluxo de capitais com a implantação do segmento livre, já a taxa cambial chinesa favoreceu as exportações domésticas. A estabilidade nominal do câmbio do yuan manteve ao mesmo tempo a expansão do mercado interno e foi uma estratégia de ampliar as relações de comércio com outros países. Com o câmbio desvalorizado em relação aos países competidores, e com as estratégias das zonas especiais e a participação dos EUA nas exportações da China, a China cresceu a altas taxas, a relação dos EUA com a China cresceu muito nesta década, sendo uma mudança na direção do comércio internacional.

²⁵ Medeiros (2009).

A China também marcou uma postura diferenciada do Brasil com restrições aos influxos de curto prazo e estímulos aos fluxos de longo prazo. Diferentemente do Brasil, o governo chinês implementou regras para o fluxo de capitais, impondo controles administrativos, como limites para o prazo de permanência dos investimentos e/ou dos valores dos investimentos, operando com uma taxa de juros com um nível baixo, se comparada com as taxas de juros internacionais, fazendo políticas para a entrada de IED, que esteve vinculado a política de exportações. No Brasil, predominou a entrada de capitais especulativos, com a intenção voltada para o balanço de pagamento. Os fluxos financeiros do Brasil foram maiores em investimentos em carteira e os da China em IED. Além disso, não houve no Brasil, nos anos 1990, uma política de direcionamento do IED na ampliação da capacidade produtiva e geração de exportações, então a maior entrada de investimentos se deu em capitais de curto prazo, que deixou o país mais vulnerável, na medida em que os fluxos dependiam das especulações.

Assim, de acordo com os argumentos de Thirlwall - Kaldor em países em desenvolvimento com restrições no balanço de pagamentos os fluxos de capitais seriam como fonte para acabar com essa restrição e com isso o país voltaria a crescer. No entanto, no Brasil, o aumento desses fluxos levou a um aumento da vulnerabilidade externa, pois o interesse era a quantidade para fechar o balanço de pagamentos e se deu em detrimento de um direcionamento e sem restrições para a entrada desses fluxos, sendo a maioria de curto prazo.

Então, o grande impulsionador do crescimento chinês foi um contexto macroeconômico expansivo: o cenário da economia mundial e regional favorável, a política cambial, as transformações estruturais na economia que permitiram os fluxos de investimentos estrangeiros, que cresceram intensivamente, acompanhado de uma estratégia econômica que se refletiu em aumento comercial e crescimento econômico, enquanto que o Brasil não teve foco nesses investimentos, que tiveram maiores fluxos em capitais de curto prazo aumentando a vulnerabilidade do país, e não tinha uma estratégia de crescimento, pois os países mais ricos estão entre os que apresentam maiores fluxos de IED, porém isso está ligado à estratégia de atração e direcionamento desses investimentos.

4- DÉCADA DE 2000: ASCENSÃO E CRISE INTERNACIONAL.

4.1- Brasil

4.1.1- Cenário nacional.

A economia global tem mudado desde a década de 1980 devido às relações da economia americana com a asiática. No contexto de globalização financeira da década de 2000, a relação entre regime de câmbio e os movimentos dos fluxos comerciais e financeiros está mais complexa.

A mudança na política macroeconômica, sendo conduzida de forma flexível, juntamente com uma política liberal de desenvolvimento não promoveu crescimento econômico no Brasil. As políticas liberais deixaram herança como a vulnerabilidade externa e o alto endividamento público e não foram capazes de construir um novo modelo de desenvolvimento para o país. Segundo Carneiro (2006), a fonte estável de crescimento do Brasil, a partir de 2002 até 2005, tem sido as exportações líquidas, mostrando a relevância do comércio internacional para o país. O ciclo internacional estava favorável ao aumento das exportações, pois houve aumento da demanda e dos preços dos produtos exportados pelo Brasil.

No entanto, após duas décadas de baixo crescimento econômico, nesta década de 2000, houve redução da vulnerabilidade externa e o país conseguiu manter maiores taxas de crescimento do PIB (mesmo depois da crise internacional do ano de 2008).

Nos primeiros anos da década de 2000 houve baixo crescimento econômico mundial, o que também dificultou o crescimento do Brasil (como mostra a Tabela 25) fatores como, por exemplo, a crise da Argentina em 2001 (que fez com que houvesse um risco de contágio), os atentados terroristas às torres gêmeas nos EUA (em 2001) e a desestabilização nos mercados financeiros internacionais. Houve também, diferentemente da década anterior, grande aversão dos capitais internacionais ao investimento nos países emergentes, devido aos riscos nesses países. Depois houve recuperação desses países e, em momentos de crise, o Brasil sofre as consequências da situação externa, e nos momentos de recuperação, a economia brasileira também passa por uma melhora.

Tabela 25–PIB em bilhões de reais a preços constantes de 1995 e variação do PIB (em %) do Brasil, entre 2000 e 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	779,5	789,7	810,7	820	866,8	894,2	929,6	986,2	1037	1034	1112
Variação	4,3	1,31	2,65	1,14	5,71	3,16	3,95	6,09	5,17	-0,33	7,53

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

De acordo com a tabela 25, neste período o crescimento do PIB foi maior que o da década anterior²⁶. A variação do PIB, nesta década de 2000, começa com crescimento em relação ao ano anterior de 4,3%. Em 2002 o crescimento do PIB já foi menor, apenas 1,3% em relação ao ano anterior.

O ano de 2002 também prenunciou clima de incerteza em relação aos investimentos no país por conta da eleição presidencial. Ficava uma incerteza de qual política econômica seria adotada, pois se acreditava que caso a esquerda ganhasse poderia haver medidas restritivas. Em 2003, o novo governo assume a presidência tomando as mesmas medidas do governo anterior. Neste ano, há uma pequena variação no crescimento do PIB, somente de 1,1%, como mostra a tabela 25. Em 2004 há um bom crescimento, que foi de 5,7% de acordo com a tabela 25, havendo um decréscimo em 2005 para 3,16. E em 2006 e 2007 o PIB obteve taxas crescentes, porém em 2008, o crescimento volta a diminuir e em 2009 houve taxa de crescimento negativa, por conta da crise mundial de 2008/2009. No entanto, o crescimento do PIB nesta década, mesmo sendo maior que na década passada, ainda é muito pequeno em relação ao crescimento chinês.

O crescimento econômico do Brasil até 2008 foi beneficiado pelo crescimento externo. A queda do crescimento em 2009 também esteve associada à queda do comércio exterior e da queda do PIB mundial (por conta da crise de 2008-2009), assim, como coloca Sarquiz (2011), em 2009 o PIB mundial chegou a ter uma queda de 0,5%, voltando a expandir somente a partir de 2010.

4.1.2- Política comercial e cambial.

O comércio exterior foi dinamizado, no começo do século XXI, com a entrada da China no cenário mundial como sendo ao mesmo tempo grande exportadora e grande

²⁶ Dados na tabela 11.

importadora. O Brasil tem sido um importante exportador de produtos básicos para a China, principalmente na exportação de minério de ferro e de soja.

Um dos problemas do Brasil nessa década foi a combinação de valorização do real, por conta das baixas taxas de juros externas, e as elevadas taxas de juros internas (que promove atração de aplicações financeiras internacionais em dólar, no entanto prejudica a rentabilidade dos setores de exportação em commodities, que tem as cotações de seus preços feitas fora do país). Outro problema foi quanto às exportações de produtos com baixo valor agregado, devido ao baixo grau de industrialização, pois enquanto o Brasil exportava esses produtos, importava produtos de alto valor agregado. As altas taxas de juros, a valorização do real, a estrutura tributária, também foram fatores que dificultam o desempenho do setor exportador do país.

Tabela 26 - Exportações e importações do Brasil, em porcentagens do PIB, entre 2000 e 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	9,97	12,18	14,09	14,98	16,42	15,12	14,36	13,36	13,66	10,98	10,87
Importações	11,74	13,49	12,58	12,07	12,54	11,52	11,46	11,84	13,47	11,13	11,9
Saldo	-1,76	-1,31	1,51	2,91	3,87	3,6	2,9	1,52	0,19	-0,16	-1,03

Fonte: Banco Mundial.

Como mostra a tabela 26, a década de 2000 começa com crescimento das exportações em porcentagem do PIB, mas o volume das importações foram maiores, obtendo assim déficit de 1,7% do PIB, conforme mostra a tabela 28. Segundo ano em que estava o regime de câmbio flexível, a taxa de juros efetiva fazia com que o câmbio ficasse desvalorizado, porém ainda insuficiente para que houvesse superávit comercial, mostrando assim a necessidade de que as exportações fossem aumentadas. O ano de 2001 ainda houve déficit comercial, houve aumento tanto das exportações como das importações, porém o aumento das importações foi maior que o das exportações.

Ainda de acordo com a tabela 26, em 2002 ocorre o inverso, pois as exportações cresceram mais que as importações, e estas continuam diminuindo até o ano de 2003. Nos anos de 2003/2004 houve superávit comercial e saldo positivo no balanço de pagamentos e isso passou uma imagem de que os problemas econômicos estavam resolvidos. Isto estava ligado à situação da economia internacional, pois houve taxas de juros muito baixas nos principais centros financeiros, houve estímulo para a ida de recursos para os países emergentes, no entanto a fragilidade do Brasil em relação à economia externa não foi eliminada.

De 2003 a 2006, houve um forte crescimento do comércio internacional, o Brasil passou a ter superávits comerciais, através do qual conseguiu realizar pagamento da dívida externa, pois foi capaz de obter saldos positivos na conta corrente do balanço de pagamentos²⁷ e de causar uma diminuição da vulnerabilidade externa. O aumento das exportações, a partir de 2003, foi beneficiado com o nível da taxa cambial (ver gráfico 5), o bom desempenho da economia mundial, com o crescimento dos preços das commodities e com a diversificação dos destinos das exportações do país, pela maior estabilidade econômica e redução da vulnerabilidade a acontecimentos externos. Entretanto, essa melhora do comércio exterior do Brasil não foi acompanhada por crescimento econômico sustentado.

O desempenho no crescimento das exportações foi interrompido, em 2009, por conta dos efeitos provocados pela crise global de 2008-2009²⁸. Em 2009 a queda das exportações, que levou a um déficit de 0,16 por conta das consequências ocasionadas pela crise, foram superiores às quedas que foram verificadas nas economias desenvolvidas e em 2010 houve aumento das importações e diminuição das exportações.

Nessa década houve diminuição da participação industrial nas exportações do Brasil, principalmente dos manufaturados, tanto por conta da deterioração das condições de competição internacional do país no setor industrial como pelo padrão de especialização brasileiro, que foi intensivo em recursos naturais e em trabalho. O agronegócio foi o setor que obteve maior crescimento no comércio exterior do Brasil e outros que tiveram mais dinamismo foram o açúcar, a soja, recursos naturais, madeira, aço e minérios. Nos setores do agronegócio, apesar da presença de empresas transnacionais, há espaço para as empresas brasileiras, como as cooperativas e outras grandes empresas nacionais.

As exportações tiveram importância no crescimento até o ano de 2007, mesmo tendo contribuído pouco para o crescimento do PIB, deu impulso às atividades produtivas que estavam voltadas para o comércio com o exterior, tendo destaque o agronegócio, sendo o setor em que há maior dinamismo nas exportações, mostrando que, como demonstra as leis de Kaldor, o aumento das exportações aumentam o dinamismo da

²⁷ Como mostra a tabela 27.

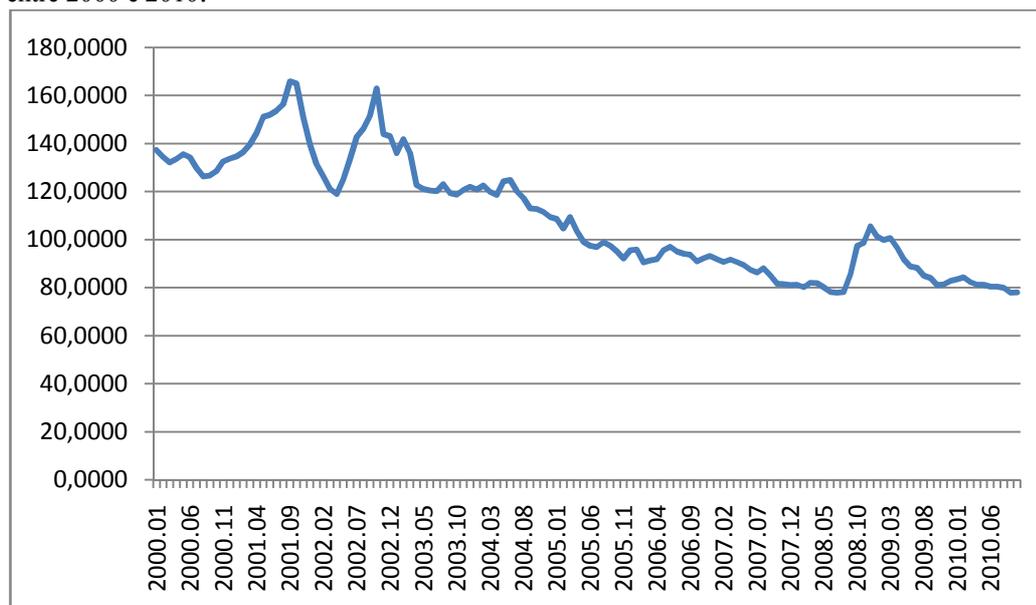
²⁸ A crise financeira de 2008/2009, pior crise desde 1929, uma profunda crise de confiança causada a partir de uma cadeia de empréstimos originalmente imobiliários com base em devedores insolventes que, ao levar os agentes econômicos a preferirem a liquidez e assim liquidar seus créditos, levou bancos e outras empresas financeiras à situação de quebra impactando outros setores e a economia global (Bresser Pereira, 2009, p. 133).

economia, no entanto o autor defende que haja investimento para uma mudança estrutural no setor industrial, com investimentos em setores tecnológicos para que as exportações desses setores cresçam, aumentando assim os ganhos em produtividade e dinamizando de forma mais intensa a economia.

Diante do cenário econômico internacional desfavorável no início da década e complicações internas, a taxa de câmbio chegou a ter uma grande desvalorização, em que atingiu os fluxos financeiros, ao ocorrerem grandes saídas de capitais estrangeiros do Brasil e ainda a desvalorização cambial levou a uma rápida queda na taxa de expansão das importações.

Segundo Júnior (2011), não foi uma boa medida econômica a adoção do câmbio flexível, e isso ficou comprovado em 2001/2002, que o país não tinha condições para manter uma taxa cambial flexível, uma flutuação aberta e livre, como foi implementado desde 1999, pois de acordo com o autor países em desenvolvimento devem ter uma flutuação cambial mais controlada de que os desenvolvidos, e num país como o Brasil as flutuações devem ser acompanhadas de medidas de restrições no mercado financeiro e no setor privado. As flutuações desde o começo apresentavam fragilidades e nas crises de 2002/2003 comprovaram que o Brasil continuava muito vulnerável aos acontecimentos externos, aos choques internacionais e à fuga de capitais.

Gráfico 5: Taxa de câmbio efetiva real do Brasil – IPA-OG – exportações (média 2005 = 100), entre 2000 e 2010.



Fonte: IPEADATA.

De acordo com o Gráfico5, entre 2000 e 2001, o real sofreu desvalorização em relação ao dólar, causando efeitos positivos na balança comercial por conta da redução das importações. A partir de 2002 a taxa de câmbio obteve valorização, decorrente da elevação dos juros domésticos. Esta diferença de juros do país com os juros do exterior provocou atração de capital especulativo, valorizando o real em relação ao dólar. Com a valorização cambial, diminuem os custos da importação, aumenta a importação de equipamentos e de máquinas, beneficiando a modernização empresarial, diminuindo a inflação do custo de vida, podendo ocasionar a diminuição do crescimento do país. A partir de 2003 as exportações começaram crescer, e até 2008 o bom funcionamento do setor externo diminuiu a vulnerabilidade externa brasileira, que estava elevada desde o Plano Real. E, a relação entre a taxa de câmbio real e o saldo comercial foi mais uma vez constatado, pois nesse período houve o “bônus” da mudança cambial.

4.1.3- Fluxos Financeiros

A abertura financeira no governo Lula (2003 a 2010) se deu em dois conjuntos de medidas: o primeiro foi a facilitação para os residentes manterem depósitos e investimentos fora do país. O segundo foi a adoção de incentivos fiscais para investidores de outros países adquirirem títulos da dívida pública. Esses conjuntos de medidas aumentaram a demanda e a oferta de divisas. Essas medidas, numa conjuntura de liquidez elevada, contribuíram para a apreciação da taxa cambial, porém, numa fase adversa, provocará desvalorizações do câmbio e aumento da sua volatilidade. Fatores como o crescimento das exportações não podem ser ignorados, porém a questão central é a retomada dos fluxos de capitais, a volta do IED, e a entrada de investimentos em portfólio direcionados para a Bolsa de Valores (Carneiro, 2006).

4.1.3.1- Capitais especulativos

Na década de 1990 a economia brasileira teve alta liquidez, com significativas entradas de fluxos de capitais, como mostra a tabela 29, por conta da diferenciação da taxa de juros interna e externa e a diminuição de expectativas de risco no país.

Em 2000 ocorreu a finalização do processo de liberalização²⁹ no Brasil e foi um ano que apresentou escassez mundial dos fluxos de capitais, por conta da crise financeira³⁰. No período de 1998 a 2002, as mudanças na volatilidade nos países periféricos estavam associadas à política monetária dos EUA e a acontecimentos nos países centrais, que mudaram as expectativas, intensificando a direção, a partir de 2002, dos fluxos de capitais para os países emergentes³¹ por conta da disponibilidade desses países de fazer investimentos em reservas internacionais.

De acordo com Filho, Silva e Schatzanm (2009), o período entre 2003 e 2005 é relativo a um cenário de expansão da liquidez internacional, observando-se que entre esses anos o resultado da balança comercial e das transações correntes brasileiras passa a ser fortemente favorável (ver tabela 29), ocorrendo uma melhora substantiva nas contas externas. Neste período, apenas as aquisições na bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) teve recuperação, intensificada em 2005. Os fluxos de investimentos em portfólio tiveram recuperação a partir de 2005.

As taxas de juros continuaram altas até 2006, com objetivo de promover a atração de capitais de curto prazo e de fazer com que houvesse equilíbrio nas contas do balanço de pagamento (Faria, 2011).

Com a crise econômica de 2008/2009, crise do subprime, o Brasil de imediato teve baixa nas cotações nas ações das bolsas de valores, por conta da venda em grande quantidade de ações de especuladores estrangeiros, que voltaram seus capitais para os países de origem, a fim de cobrir as perdas nesses países.

No final da década, a alta dos preços das commodities e a melhora da classificação do risco de crédito no país pelas agências internacionais de rating³² fizeram com que houvesse mais investimento de portfólio em ações, como mostra a tabela 29, e ainda foi favorecido pela diferença da taxa de juros interna em relação à externa.

4.1.3.2- Investimento Direto Estrangeiro (IED).

²⁹ Foi feita a Resolução nº 2.689, de 26/01/2000, onde foram extintas as diversas modalidades de aplicação por meio do mercado de câmbio comercial e foi instituída uma nova modalidade de investimento no mercado financeiro, por meio da qual os investidores não residentes têm acesso às mesmas aplicações que são acessíveis para os investidores residentes.

³⁰ Crise que teve início com a crise da Ásia, no ano 1997, e durou até o ano de 2002.

³¹ Como mostra a Tabela 29.

³² As agências de rating são agências de classificação de risco que estabelecem critérios de classificação de risco de crédito de títulos, empresas e países.

Depois do ciclo de privatizações, passado pelo Brasil, o país passou a desempenhar papel importante em relação ao IED, no entanto sofre com a concorrência de países mais fortes, em que a maior parte desses investimentos é direcionada para países em que apresentam segurança institucional, jurídica e financeira, como países da Europa Central e do Leste e de alguns países asiáticos, como a China³³.

De acordo com Gregory e Oliveira (2005), até 2004, além de investimentos voltados para o setor de serviços, os investimentos diretos se distribuíam nas atividades de telecomunicações, setor comercial, equipamentos para o setor de elétricos, celulose, papel, na fabricação de máquinas e equipamentos voltados a transportes, porém, o setor de serviços é que tem a maior parcela desses investimentos.

Tabela 27 - Investimento Estrangeiro Direto em entradas líquidas (em% do PIB), entre 2000 e 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IED	5	4	3,2	1,8	2,7	1,7	1,7	3,2	3	1,9	2,4

Fonte:Fundo Monetário Internacional.

De acordo com a tabela, em 2000 as entradas de IED foram as maiores do período, contudo os fluxos não se mantiveram de forma sustentável e foi reduzido nos anos seguintes por conta das turbulências no cenário mundial³⁴. Assim, a partir de 2001 e de forma mais intensa em 2002 e 2003, esses investimentos diminuíram no Brasil, como mostra a tabela 29, mas também diminuiu mundialmente, só voltando a crescer em 2004, diminuindo novamente em 2005 e em 2006.

A retomada dos fluxos de IED em 2007 esteve ligada à retomada desses investimentos para os países periféricos, mas a partir do ano de 2008, até o final da década, houve diminuição da expansão do fluxo de IED por conta da crise de 2008/2009.

Como mostra a Tabela 28, a saída de IED se deu de forma bem menor que as entradas, apresentando variações durante a década.

³³ Para a comparação dos fluxos de IED do Brasil com outros países, ver a tabela 36.

³⁴ Em 2001 o cenário mudou, como por exemplo, a queda nas bolsas dos EUA, os ataques terroristas, por conta da mudança na economia mundial e a mudança na política, o desaquecimento econômico global, levaram a queda desses investimentos. A partir desse ano começou a diminuir os fluxos de IDE no Brasil, por conta da retração da liquidez internacional e por conta da preferência dada aos países asiáticos e a diminuição desses investimentos para a América Latina.

Tabela 28 - Investimento Direto em saídas líquidas do Brasil, em porcentagem do PIB, entre 2000 e 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IED	0,354	--	0,49	0,045	1,478	0,285	2,589	0,517	1,237	--	0,541

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Na década de 2000 ocorreram mudanças profundas na internacionalização econômica do Brasil (que sempre foi grande receptor de IED): cresceram os investimentos realizados por empresas do país no mundo, passando a ser aplicadora de capital no mundo.

Como afirma Cerqueira (2012), considerando o destino do IED brasileiro sem a participação dos paraísos fiscais, a importância da América do Sul decresceu ao longo da década de 2000, que em 2001 era de 34,8%, e passou para 10,9% em 2010. No entanto, de acordo com o autor a diminuição da participação do IED brasileiro nessa região não significou a perda de importância dos países da região para os investimentos brasileiros, sendo o IED brasileiro um elemento dinamizador das exportações, importante para diminuir o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos e como manutenção para empresas do país.

Tabela 29 - Balanço de pagamento do Brasil em bilhões de dólares, entre 2001 e 2010.

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Transações Correntes	-23	-7,6	4,17	11,7	14	13,6	1,55	-28	-24	-47
Balança comercial (FOB)	2,65	13,1	24,8	33,6	44,7	46,5	40	24,8	25,3	20,1
Conta de Capital	-0,03	0,43	0,49	0,37	0,66	0,86	0,75	1,05	1,12	1,11
Conta Financeira	27,1	7,57	4,61	-7,9	-10	16,2	88,3	28,3	70,2	98,8
Investimento brasileiro direto	2,25	-2,5	-0,2	-9,8	-2,5	-28	-7,1	-20	10,1	-12
Investimento estrangeiro direto	22,5	16,6	10,1	18,1	15,1	18,8	34,6	45,1	25,9	48,5
Investimento em Carteira	0,07	-5,1	5,3	-4,8	4,88	9,08	48,4	1,13	50,3	63
Investimento brasileiro (carteira)	-0,8	-0,3	0,17	-0,8	-1,8	0,01	0,28	1,9	4,12	4,8
Investimento estrangeiro (carteira)	0,87	-4,8	5,12	-4	6,65	9,07	48,1	-0,8	46,2	67,8
Outros Investimentos	2,76	-1,1	-10	-11	-28	16,4	13,1	2,88	-16	-1
Outros investimentos estrangeiros	9,35	2,14	-0,7	-8,7	-22	24,5	31,7	8,14	14,1	41,5
Resultado do balanço	3,3	0,3	8,49	2,24	4,31	30,6	87,5	2,96	46,7	49,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

Como mostra a tabela 29, entre os anos 2000 e 2002 houve uma diminuição dos investimentos em carteira e a partir de 2003 ocorreu um retorno dos fluxos desses investimentos, ao passo que os fluxos de IED passaram a desempenhar um papel importante para o balanço de pagamentos na década. No entanto, a conta corrente apresentou saldo positivo apenas entre 2003 e 2007, esses saldos positivos foram nos anos em que a balança comercial teve taxas de crescimento crescentes.

4.2 – China

4.2.1 – A China como potência econômica no cenário internacional.

Na década de 2000 os EUA e a Ásia, com suas taxas de crescimento e peso econômico, explicam boa parte do dinamismo da economia mundial.

Nesta década há uma nova geoeconomia capitalista, tendo a China como uma potência econômica que se impõe como centro de sua região com uma política econômica autônoma, sendo um polo de crescimento mundial e regional e o principal motor do leste asiático.

Segundo Chesnais (2005), foram a China e os Estados Unidos que mudaram a economia mundial no início da década em favor deles mesmos, e que determinaram o padrão em que a maior parte dos outros países deveriam concorrer no mercado mundial. Assim, nesta década o país conseguiu avanço econômico singular, chegando a ser a segunda economia mais rica do mundo.

O país nesta década já estava com sua economia tão fortificada que mesmo com as sucessivas crises financeiras no cenário internacional, em que a maioria dos países vem tendo baixo crescimento, a China continuou crescendo, como mostra a tabela 30.

Tabela 30 - PIB em bilhões de yuans a preços de 1990 e variação do PIB (em %) da China, entre 2000 e 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	5219	5653	6166	6784	7468	8313	9367	10693	11723	12804	14141
Variação	8,43	8,3	9,08	10,02	10,09	11,31	12,67	14,16	9,63	9,21	10,44

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Segundo a tabela 30, na década de 2000, o PIB obteve altas taxas de crescimento, tendo taxas crescentes até o ano de 2007, com diminuição em 2008 e 2009, e voltando a

crescer em 2010. Com altas taxas de crescimento do PIB e com a inserção diferenciada na economia mundial, a China chega a década como uma potência mundial.

Ao fazer parte da OMC³⁵, foram criadas novas instituições, criaram mecanismos que dificultaram as iniciativas desenvolvidas pelo Estado, porém, como o país obtinha controle dos fluxos de capitais e de sua moeda, o investimento nas empresas do governo e a busca pelas conglomerações e internacionalização e a política fiscal têm permitido continuar com alta iniciativa por parte do governo do país no controle da economia doméstica.

4.2.2 – Fluxos comerciais da China na década de 2000.

Enquanto o Brasil nas décadas de 1980 e 1990 manteve a maioria de suas exportações em commodities, a China com políticas integradas para que, além de outros setores, também houvesse uma mudança estrutural das exportações, por meio de investimentos em setores de alta tecnologia. Nesta década, as exportações com produtos tecnológicos ganham espaço para as exportações de produtos com menor valor agregado.

Devido ao crescimento e ao elevado nível de importações a economia da China vem tendo um efeito expansivo nas economias asiáticas, semelhante ao que ocorreu com a Alemanha em relação aos países da Europa. Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, no ano de 2001, o país diminuiu o protecionismo doméstico e houve uma aproximação dos regimes de comércio com o de processamento das exportações, diante disso, o governo diminuiu a quantidade de bens que eram sujeitos às exigências de licença em relação às exportações e/ou de importação, com diminuição das tarifas de importações, ocorrendo também o aumento das importações, como mostra a tabela 31.

³⁵A Organização Mundial do Comércio (OMC) é um órgão internacional que define as regras para o comércio multilateral e plurilateral entre os países, atuando na fiscalização e regulamentação do comércio mundial. Com sede em Genebra (Suíça) foi fundada em 1994, durante a Conferência de Marrakech.

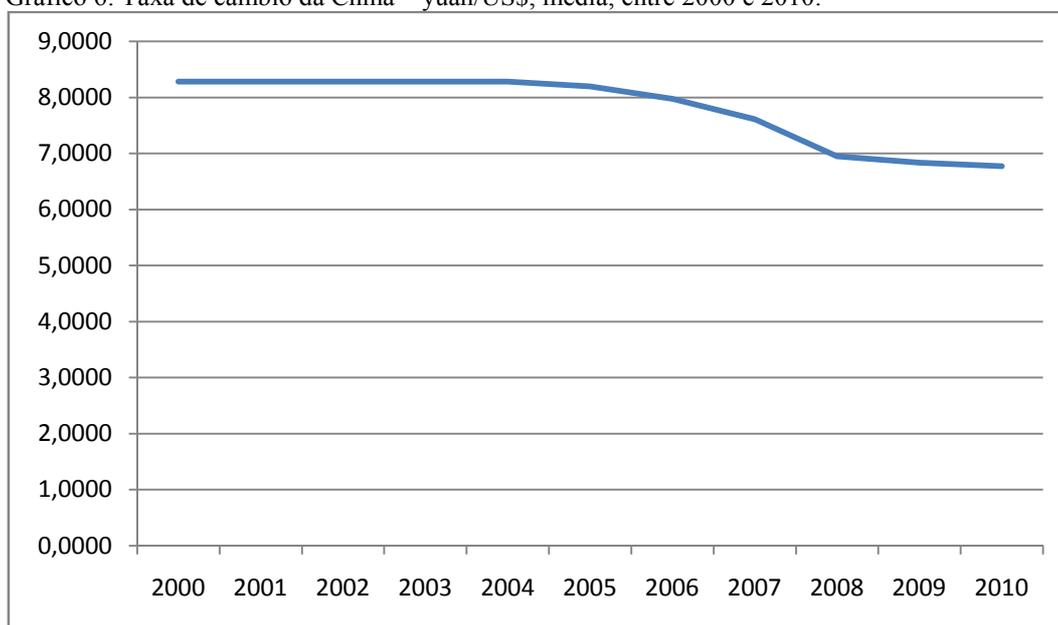
Tabela 31 - Exportações e importações de bens e serviços da China, em porcentagem do PIB, entre 2000 e 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	23,3	22,6	25,1	29,6	34	37,1	39,1	38,4	35	26,7	29,4
Importações	20,9	20,5	22,6	27,4	31,4	31,6	31,4	29,6	27,3	22,3	25,6
Saldo	2,4	2,11	2,57	2,19	2,55	5,52	7,7	8,8	7,71	4,4	3,76

Fonte: Banco Mundial.

Segundo a tabela, o saldo comercial do ano de 2000 ao ano de 2004 permaneceu sem grandes alterações, porém havendo aumento tanto nas exportações como nas importações (exceto o ano de 2001 em que houve uma pequena diminuição em relação ao ano de 2000). A partir do ano de 2005 há um considerável aumento no saldo comercial, que decorreu do aumento das exportações maior de que o aumento das importações, evidenciando o aumento da abertura da economia da China. Em 2008, houve diminuição tanto das exportações como das importações, e também diminuição do saldo comercial, este permanecendo em queda até o ano de 2010 e as exportações voltaram a crescer neste ano, mas as importações obtiveram maior crescimento.

Gráfico 6: Taxa de câmbio da China – yuan/US\$, média, entre 2000 e 2010.



Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Como mostra o gráfico 6, na primeira metade da década a taxa de câmbio não sofreu alteração, até 2005 a moeda chinesa esteve atrelada ao dólar e mantendo câmbio fixo, garantindo segurança maior em relação às transações financeiras envolvendo a

China, pois as expectativas de retorno futuro estavam sendo traçadas de uma melhor forma.

Em 2005, foi implantado um novo sistema de flutuação cambial, dentro de uma banda estreita. E, mesmo com a pressão internacional, a partir do ano de 2005 as mudanças na forma de regime cambial se dá de forma gradual e dentro das estratégias de longo prazo do governo do país, por meio de apreciações pequenas (como mostra o gráfico 6) e de uma reduzida volatilidade cambial. Assim, as políticas cambiais da China davam ao país uma expectativa de estabilidade, levando consequências positivas para o comércio exterior e para os fluxos de capitais.

4.2.3 - Fluxos financeiros

4.2.3.1 - Capitais especulativos

Com a entrada do país na OMC, o investidor estrangeiro passou a ter mais acessibilidade. Contudo, de acordo com Faria (2007), ao longo dos anos 2000 a estratégia chinesa esteve voltada para diminuir a dependência de capitais voláteis, protegendo o mercado interno das instabilidades do cenário financeiro internacional. A entrada de investimentos em portfólios foi desestimulada, dando como prioridade o estímulo à entrada de IED no país.

4.2.3.2 – Investimento Estrangeiro Direto.

A partir do ano de 2000, com a maior abertura do país no mercado internacional, o investimento direto estrangeiro foi um elemento fundamental para aumentar as exportações mundiais, para favorecer o acesso aos capitais externos e tecnologia (Brandenburg e Sambatti, 2008).

Tabela 32 - Investimento Direto em entradas líquidas da China, em porcentagem do PIB, entre 2000 e 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IED	3,2	3,33	3,39	3,01	3,21	4,61	4,57	4,47	3,79	2,62	4,1

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

De acordo com a tabela acima, houve aumento da entrada de IED durante a primeira metade da década (exceto em 2003), na segunda metade as entradas foram reduzidas, o que, de acordo com Bramdenburg e Sambatti (2008), essa redução foi reflexo de uma diminuição dos fluxos mundiais.

Tabela 33 - Investimento Direto em saídas líquidas da China, em porcentagem do PIB, entre 2000 e 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IED	0,076	0,52	0,173	0,001	0,102	0,608	0,882	0,491	1,255	0,88	0,977

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

De acordo com a tabela, as saídas de IED se deram em menor quantidade que as entradas, tanto nesta década como nas duas décadas anteriores.

Sendo assim, durante essas três décadas o IED foi importante para a modernização e para a inserção externa da China, tendo a abertura econômica ficando quase restrita à entrada desse tipo de capital em detrimento dos capitais especulativos, e sendo este tipo de investimento vinculado à política de comércio externo.

Na década de 2000, o aumento desses investimentos da China no exterior foi rápido e constante. No ano de 2000, o governo chinês anunciou a estratégia Going Out³⁶, que vem desempenhando papel muito importante para o aumento do investimento do país no exterior. Os fluxos desses investimentos tiveram grande aumento nesta década que em 2002 era de USD 2,5 bilhões e passou para USD 56,5 bilhões em 1999, obtendo mais de 2000% de aumento. Isso se deu por conta do cenário internacional favorável para a China, pelas políticas e reformas do governo para incentivo desses investimentos (WenbineWilkes,2013).

Conforme os dados da tabela 34, os fluxos de IED se deram de forma crescente durante toda a década (exceto em 2009), anos em que houve também diminuição da balança comercial e nas transações correntes. Percebe-se que os investimentos diretos foram bem maiores que os de curto prazo. Assim, o IED foi o motor do crescimento da economia chinesa, como forma de captação de recursos para o crescimento interno e impulsionando o comércio externo, colocando-a entre as maiores economias do mundo.

³⁶ Política chinesa de investimentos em recursos energéticos no exterior.

Tabela 34- Balança de pagamentos da China, em bilhões de dólares, entre 2000 e 2010³⁷

Discriminação	2000	2001	2004	2006	2007	2008	2009	2010
Transações Correntes	0,02	0,01	0,006	0,02	0,03	0,04	0,02	0,03
Conta de Capital	-0,03	-0,05	-0,006	0,4	0,3	0,3	0,39	0,46
Conta Financeira	1,95	34,82	11,07	0,6	7,04	1,59	1,4	22,14
Investimento direto chinês	-0,91	-6,88	-0,18	-1,7	-9,8	-2,5	-28	-7,1
Investimento estrangeiro direto	38,39	44,24	5,49	7,8	13,84	14,77	7,81	18,5
Investimento chinês (carteira)	-11,3	-20,65	0,64	-11,04	-0,23	3,27	0,98	0,76
Investimento estrangeiro (carteira)	7316,7	1248,34	1320,3	4286,12	2099,6	991,01	2880,3	3,16
Outros Investimentos (ativo)	-43,86	20,81	0,19	-3,18	-1,51	-10,60	0,93	-1,16
Outros investimentos (passivo)	12,32	-3,93	3,59	4,51	8,18	-1,49	5,85	18,87

Fonte: <http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>.

As contas externas mostram que, após a entrada da China na OMC (em 2001), a economia do país se internacionalizou mais rapidamente. Na conta corrente, mostrada na tabela 34, observa-se o avanço que teve entre 2002 e 2008, tendo diminuição nos dois últimos anos da década. No entanto, a tabela também mostra que a balança comercial teve pouca importância para a conta corrente.

Tabela 35 - Conta corrente líquida de países selecionados, em bilhões de dólares a preços correntes e taxas de câmbio atuais, entre 2000 e 2010.

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
China	20,5	17,4	35,4	43,1	68,9	132	232	353	421	243	238
Japão	120	87,8	112	136	172	166	171	212	159	147	204
Alemanha	-32	0,01	40,8	46,5	127	140	182	249	226	198	212
Federação Russa	46,8	33,9	29,1	35,4	59,5	84,4	92,3	72,2	104	50,4	67,5
Canadá	19,6	16,3	12,6	10,7	22,9	21,9	18	11,3	3,47	-40	-57
França	19,7	23,6	18	12,9	11	-10	-13	-27	-50	-35	-34
Brasil	-24	-23	-7,6	4,17	11,7	14	13,6	1,55	-28	-24	-47
Índia	-4,6	1,41	7,05	8,77	0,78	-10	-9,3	-8,1	-31	-26	-55
Itália	-5,8	-0,7	-9,4	-19	-16	-30	-48	-52	-65	-39	-70
Reino Unido	-39	-30	-28	-30	-45	-59	-82	-71	-41	-37	-75
Estados Unidos	-416	-397	-457	-519	-629	-740	-798	-713	-681	-382	-449

Fonte: UNCTAD.

³⁷ Exceto os anos de 2002, 2003 e 2005, por não ter encontrados os dados para esses anos.

Comparando o Brasil e a China com as maiores economias do mundo, a China teve o maior saldo do mundo em transações correntes (como mostra a tabela 35), estando também entre as três economias, entre as analisadas, que não tiveram déficit em conta corrente durante a década, mostrando o avanço e a abertura dessa economia. O Brasil apresentou déficit na conta corrente na maior parte da década.

Tabela 36 - Fluxos de Investimentos Estrangeiros de países selecionados, para dentro e para fora, em bilhões de dólares a preços correntes, entre 2000 e 2010.

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estados Unidos	314	159	74,5	53,1	136	105	237	216	306	144	198
Reino Unido	122	53,8	25,2	27,4	57,1	178	156	200	89	76,3	49,6
China	40,7	46,9	52,7	53,5	60,6	72,4	72,7	83,5	108	95	115
França	43,3	50,5	49	42,5	32,6	85	71,8	96,2	64,2	24,2	33,6
Alemanha	198	26,4	53,5	32,4	-10	47,4	55,6	80,2	8,1	23,8	65,6
Canadá	66,8	27,7	22,2	7,48	-0,4	25,7	60,3	117	61,6	22,7	28,4
Federação Russa	2,71	2,74	3,46	7,95	15,4	15,5	37,6	55,9	74,8	36,6	43,2
Brasil	32,8	22,5	16,6	10,1	18,1	15,1	18,8	34,6	45,1	25,9	48,5
Itália	13,4	14,9	17,1	19,4	20,1	23,3	42,6	43,8	-11	20,1	9,17
Índia	3,58	5,47	5,62	4,32	5,77	7,62	20,3	25,3	47,1	35,7	27,4
Japão	8,32	6,24	9,23	6,32	7,81	2,77	-6,5	22,5	24,4	11,9	-1,3

Fonte: UNCTAD.

De acordo com as Tabelas 35 e 36, tanto a conta corrente como os fluxos financeiros da China tiveram grande aumento nessa década. Diferentemente do Brasil que obteve saldo negativo em conta corrente durante maior parte da década e apresentou pequeno aumento dos fluxos de IED em relação a China. Isso mostra o tamanho da economia da China e o relativo atraso do Brasil, que ao longo dessas duas décadas não teve uma inserção internacional com uma forte estratégia para o crescimento do país.

Assim, a China chega ao final da década de 2000 como a segunda maior economia do mundo. Apresentando vantagem nas relações de comércio e nas relações financeiras mundiais.

Ao longo do período analisado o desenvolvimento econômico tem sido prioridade em relação à questão ambiental. Assim, tanto como o rápido crescimento da China nestas três décadas, cresceu também a degradação ambiental, que nesta década é um dos maiores problemas para o Estado chinês. Todo o avanço econômico do país se deu por meio da destruição do meio ambiente; assim, o sucesso da economia do país aconteceu às custas do regresso no meio ambiente.

Como coloca Alves (2014), mesmo o país sendo o que mais tem investido para evitar a erosão dos solos e para propiciar o abastecimento de água, apenas uma pequena parte das florestas funciona de forma ecologicamente correta. De acordo com o autor a situação de poluição do solo é tão grave que dados relacionados a esse assunto chegam a ser segredo de Estado. A queima de carvão e as emissões automobilísticas são os principais fatores que causam a poluição do ar (o país é o principal emissor de CO₂, pois superou os Estados Unidos, em 2009, sendo o maior mercado de carros do mundo), causando vários problemas na saúde da população.

Toda poluição e destruição ambiental está ligada ao crescimento da transformação da indústria chinesa. Então, de acordo com Alves (2014), há muitas dúvidas se a economia da China terá fôlego e recursos para continuar com o seu ritmo de crescimento.

4.3–Conclusão da década de 2000.

Nesta década o Brasil retoma o crescimento, porém há diversos fatores que deixam sua economia atrás da economia chinesa. A China cresceu com uma estratégia de desenvolvimento que fez com que o país chegasse a década de 2000 com altas taxas de crescimento, que com suas políticas cambiais, dava ao país uma expectativa de estabilidade, levando consequências positivas para o comércio exterior e para os fluxos de capitais, fazendo do país a segunda maior economia do mundo na segunda metade da década.

O cenário internacional dessa década continuou favorável para a China, que desde a década de 1980 as relações comerciais favoráveis e com a inserção diferenciada chega a década de 2000 com sua economia muito maior que a do Brasil, porém com a melhor situação no cenário internacional o país retoma o crescimento.

O Brasil esteve mais vulnerável aos acontecimentos externos, o PIB e o comércio só obtiveram crescimento quando o cenário internacional estava favorável, enquanto que a China manteve altas taxas de crescimento. O câmbio flutuante no Brasil deixou o país mais vulnerável, causando uma expectativa de incerteza para os investimentos no país.

Nessa década, os dois países abriram mais suas economias e aumentaram os fluxos de investimento estrangeiro, porém, o setor de serviços foi o que teve a maior parcela desses investimentos no Brasil, enquanto que na China os fluxos se davam em

direção aos produtos voltados para o setor de exportação. Mostrando a falta de política econômica brasileira voltada para uma mudança estrutural da economia.

A estratégia chinesa deu preferência aos investimentos estrangeiros (principal fonte de recursos estrangeiros) na abertura econômica, com o objetivo de incentivar o comércio com o exterior, expandindo as exportações (principalmente dos produtos de alto valor agregado), já o Brasil implantou um programa com uma alta abertura financeira e desregulamentação dos mercados permitindo o aumento dos fluxos de outros tipos de investimentos. Assim, a diferença entre o crescimento diferenciado entre o Brasil e a China teve como uma das grandes diferenças as estratégias que os países tiveram para a atração e direcionamento do IED. Como já foi colocado, a China direcionou o IED para que houvesse novas capacidades produtivas, já o Brasil teve seus fluxos de IED concentrados em setores que não estavam voltados para o comércio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Foram vários motivos que fizeram com que o Brasil chegasse à década de 2010 com um relativo atraso em relação à economia chinesa. O trabalho tentou mostrar quais foram as diferenças de estratégias e caminhos no setor externo para esses dois países, pois as formas que as economias se inseriram na economia mundial foram cruciais para o relativo atraso brasileiro.

As mudanças no cenário econômico mundial nessas três décadas levaram consequências diferentes para a Ásia e para a América latina. Na Ásia, a alta expansão comercial regional teve como principal fator os superávits comerciais dos países com os Estados Unidos, o que possibilitou saldos negativos dos países com outros países da região, principalmente Japão. Diferentemente da Ásia, os déficits comerciais dos países da América Latina ocorreram com transferências financeiras muito altas, deixando os países com muita fragilidade em relação a economia internacional.

Percebe-se que, mesmo com o cenário internacional favorável, a China durante o período analisado, com a forte atuação do Estado, “ditava as regras” por meio de altos regulamentos tanto nas relações comerciais como nos fluxos financeiros, preservando a autonomia política e a soberania. Enquanto que o Brasil se viu “comandado” pelas regras vindas de fora. As relações do Brasil com os países centrais foram determinados pelos processos econômicos que fazem parte do centro do sistema capitalista do mundo, perdendo a capacidade de formulação de políticas do próprio país. Além da falta de estratégia política que levasse ao desenvolvimento econômico, políticas liberais adotadas pelo Brasil trouxeram várias consequências para sua economia deixando-o mais vulnerável aos acontecimentos externos, assim percebe-se que, no decorrer dessas três décadas, o Brasil sofreu mais as consequências dos acontecimentos na economia internacional de que a China, por conta da alta vulnerabilidade.

A abertura comercial dos dois países se deu de formas muito distintas. A abertura comercial da China durante o período analisado se deu com um alto controle nas importações numa estratégia integrada voltada para o desenvolvimento da indústria e da economia. O incentivo ao Investimento Externo Estrangeiro Direto fez o setor externo alavancar, já que esses investimentos foram direcionados a setores de exportações. A China, diferentemente do Brasil, durante essas três décadas passou por uma mudança estrutural em que o setor agrícola foi perdendo espaço para o industrial. Já o Brasil na

década de 1980 teve um grande foco nas exportações para saldar os desequilíbrios macroeconômicos, teve uma abertura comercial a partir da década de 1990 com um amplo incentivo às importações e na década de 2000 suas exportações cresceram por conta do bom cenário na exportação internacional.

Percebe-se também que os altos ganhos no setor de exportações de produtos primários foi um fator que incentivou investimentos nesses setores primários e diminuiu a direção dos recursos para investimentos em setores de alta tecnologia, já que a prioridade da política comercial não se deu numa estratégia para o crescimento sustentado das exportações com ganho tecnológico. Então, enquanto a China tem vantagens comparativas concentrando a pauta das exportações em setores com mais valor agregado, o Brasil muda a estrutura do comércio exterior de uma forma muito mais lenta e com especialização em produtos primários e com pouco grau de tecnologia.

De acordo com os ensinamentos de Kaldor, os superávits na balança comercial que são pelas exportações de bens com pouca elasticidade renda (como no caso do Brasil) não se mantêm quando há retração no comércio internacional, ou seja, em momentos em que o cenário do comércio internacional não esteja favorável o aumento das exportações fica comprometido. Assim, isso se comprova com o Brasil, que teve em alguns períodos saldos positivos quando o comércio internacional estava em alta e teve déficits quando houve retração do comércio internacional. Porém, na década de 1980 mesmo com superávits comerciais o país estagnou no crescimento, mostrando que não só o aumento das exportações levará ao crescimento da economia, mas tem que ter uma estratégia no sistema de produção que vise tirar do comércio exterior os elementos que levarão ao desenvolvimento da economia.

A partir de leis de Kaldor é possível concluir que os ganhos através das exportações de commodities deveriam ser direcionados para investimentos em setores mais avançados, retornando o processo de substituição de importações. E ainda, a elevação da capacidade de importação deve ser transformada em meios para absorver tecnologia através da acumulação de capital. Isso leva a um alívio na restrição externa no longo prazo, tanto através da diminuição da elasticidade-renda das importações nesses setores e da elevação da capacidade de exportação deles. No entanto, o que se percebe é que a China, desde o começo das reformas fez com que os ganhos nas exportações de produtos com pouco valor agregado fossem direcionados para o desenvolvimento de setores mais avançados, já o Brasil não fez esse direcionamento para os ganhos com exportações de commodities estarem voltados para os setores tecnológicos causando, entre

outros fatores, o relativo atraso industrial e conseqüentemente do PIB do Brasil em relação a China.

Em relação à política cambial, a estabilidade nominal do yuan manteve a expansão do mercado interno e foi uma estratégia direcionada para aumentar as relações comerciais e de investimento, então as exportações cresceram assim também como os fluxos de IED. As políticas cambiais do Brasil, hora incentivando as exportações hora voltada para aumento das importações, sendo flexíveis deixou o país mais vulnerável.

Observando os fluxos de IED, esses tiveram um deslocamento dos países da Ásia para a China, assim, a China promoveu uma abertura parcial da economia, tendo o IED como principal meio de obter recursos estrangeiros, diferente do Brasil que teve um programa de estabilização numa estratégia de total abertura financeira e desregulamentação dos mercados, compondo outras modalidades de fluxos financeiros.

O Brasil teve uma parcela significativa dos IED destinadas à aquisição e fusão de empresas e não destinadas a criação de novas indústrias. Grande parte também esteve direcionada para o setor e serviços (não gerando divisas nem aumento de exportações). Não houve no Brasil uma política de direção dos investimentos para aumentar a capacidade produtiva e para gerar mais exportações. A prioridade estava em entrar capital na economia para financiar o desequilíbrio externo e não a qualidade desses investimentos, não estando ligados ao crescimento da economia e a uma inserção externa mais ativa, no entanto de acordo com Thirlwall (tomando como base o modelo de Kaldor), quando os fluxos estão centrados em fechar o balanço de pagamentos em economia em desenvolvimento, no longo prazo a torna mais vulnerável e isso se confirmou no caso da economia brasileira, que não teve uma restrição para a entrada (tendo a maior parte dos fluxos os capitais de curto prazo, principalmente na década de 1990) e não teve uma estratégia de direcionar esses investimentos externos para setores exportadores.

Então, como mostra os argumentos de Kaldor, que colocava o crescimento da indústria como fator importante para o crescimento da economia no longo prazo, percebe-se que no caso do Brasil, o setor exportador como esteve voltado para commodities e não gerou o crescimento industrial que necessitava tanto para obter um setor exportador com mais grau tecnológico, para que atraísse mais investimentos. Já no caso chinês, a indústria obteve um crescimento que com as reformas foi acompanhado por crescimento também no setor exportador, mostrando que os ganhos com a abertura externa da China foram direcionados para os ganhos em produtividade, como defendia Kaldor.

No entanto o crescimento da economia da China tem causado uma alta poluição no país, sendo um possível entrave para que a China continue crescendo a taxas elevadas por mais tempo.

Em síntese, no cenário internacional a China soube se adaptar mais rapidamente e de forma mais eficaz que o Brasil e os outros países da América Latina. Adaptou-se por meio de um modelo econômico que visou a exportação, principalmente as com maior nível tecnológico, levando investimentos para todos os setores, porém mais para esse setor exportador e obtendo uma posição externa diferenciada, chegando a década de 2000 como uma potência mundial, com o PIB muito superior ao brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **O Que é a Mundialização do Capital.Trabalho e Mundialização do capital - A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.**2.ed. Londrina:Praxis, 1999.

ARIENTI, Patrícia Fonseca Ferreira. **O papel da abertura financeira no financiamento dos investimentos da economia brasileira ao longo da década de 1990.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. Disponível em <http://www.economia.ufpr.br/Teses%20Doutorado/8%20PATRICIA%20FONSECA%20FERREIRA%20ARIENTI.pdf>. Acesso em 18/06/2014.

AZEVEDO, Filipe Z. ; PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura Comercial Brasileira e Instabilidade da Demanda de Importações.** Textos Para Discussão. 1997. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppge/textos-para-discussao.asp?ano=1997>. Acesso em 02/09 de 2014.

BIANCARELI, André Martins. **Liberalização financeira, fluxos de capital, financiamento externo: três momentos de debate no Brasil. (1989 – 2002).** Faculdade de Economia, Universidade de Campina. Instituto de economia da Unicamp. Dissertação de mestrado. 2003. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=_XOH14UYsBoC&pg=PT401&lpg=PT401&dq=Liber%20aliza%C3%A7%C3%A3o+financeira,+fluxos+de+capital,+financiamento+externo:+tr%C3%AAs+momentos+de+debate+no+Brasil. Acesso em 02/09/2014

BRANDENBURG, Augusto Cesar; SAMBATTI, Andréia Polizeli. **Inserção Externa da China: Uma experiência diferenciada.**Seminário do centro de Ciências sociais aplicadas. Campus Cascavel. Cascavel – PR, 2008.

BURATINU, Ricardo. **Inserção Externa e Restrições ao Crescimento: Uma Avaliação do debate (1984/97) e algumas evidências recentes acerca do hiato de investimentos.** Dissertação de Mestrado em economia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, 1998. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000132100>. Acesso em 08/12/2014.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro.**20.ed. Petrópolis: UNIJUÍ, 1999.

CANO,Newton.**A Inserção Internacional da China na década de 80 e o papel do Estado nas reformas econômicas.** Monografia apresentada ao Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 1995.

CARNEIRO, Ricardo. **A Supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula,** São Paulo, Editora UNESP, 2006.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Crise, Estagnação e Hiperinflação (A economia brasileira nos anos 80)**?. Tese de doutorado.UNICAMP, Campinas,1991. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000036071>. Acesso 18/06/2014

CERQUEIRA, Daniela Franco. **Determinantes e perfil do Investimento Externo Direto Brasileiro (IED) nos anos 2000, 2012.** Disponível em <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2162&title=Determinantes+e+perfil+do+Investimento+Externo+Direto+Brasileiro+%28IED%29+nos+anos+2000>. Acesso em 25/09/2014.

CUNHA, Samantha Ferreira e XAVIER, Clésio Lourenço. **Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI.** *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2010, vol.30, n.3, pp. 491-510. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a08v30n3.pdf>. acesso em 17/11/2014.

DUARTE, Atenágoras Oliveira. **Crescimento econômico e especialização produtiva do nordeste do Brasil – Uma abordagem heterodoxa do período de 1960 a 1999.** Tese de doutorado em economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

FARIA, Maria Fernando Máximo. **Uma análise de política econômica comparada: Brasil e China.** Monografia apresentada ao Centro Universitário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/maria-fernanda-faria-uma-anc3a1lise-de-polc3adtica-econoc3b4mica-comparada_brasil-e-china.pdf. Acesso em 18/06/2014.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; LAMÔNICA, Marcos Tostes. **Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira.** *Revista Economia & Tecnologia.* Editora UFPR: vol. 18. . Curitiba, 2009.

FERRARI FILHO, Fernando; SILVA, Gustavo Teixeira Ferreira da e SCHATZMANN, Samira. **Políticas comercial e cambial, vulnerabilidade externa e crescimento econômico: a experiência da economia brasileira a partir dos anos 1980.** *Nova econ.* [online]. 2011, vol.21, n.1, pp. 11-43. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512011000100001. Acesso 22/09/2014.

FERRAZ, Rafael de Andrade Pinto. **O Comportamento do Investimento no Brasil: 1980-2002.** Monografia apresentada ao Instituto de economia, UNICAMP.Campinas-SP,2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000475143&opt=1>.

FERREIRA, Simone Vilela. **Restrição comercial ao crescimento econômico no Brasil (1980-2000).** Mestrado em economia. UNICAMP, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000226260>. Acesso em 24/11/2014.

FILHO, Arthur Barrionuevo. **Política de comércio exterior e crescimento industrial no Brasil.** *Rev. adm. empres.* [online]. 1997, vol.37, n.2, pp. 76-86. EAESP/FGV. São Paulo, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v37n2/a08v37n2.pdf>. Acesso em 08/12/2014.

FILHO, Fernando Ferreira; SILVA, Gustavo Teixeira Ferreira da e SCHATZMANN, Samira. **Políticas comercial e cambial, vulnerabilidade externa e crescimento**

econômico: a experiência da economia brasileira a partir dos anos 1980. *Nova econ.* [online]. vol.21, n.1, pp. 11-43. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512011000100001. Acesso em 01/12/2014.

FIORI, J.L. **Formação, Expansão e Limiter do Poder Global.** In Fiori, J. L. (org) O Poder Americano, Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

FURTADO, Celso. **Para onde caminhamos?** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em http://resistir.info/brasil/celso_furtado.html. Acesso em 17/09/2014.

GONÇALVES, Robson Ribeiro. **“A Reinserção produtiva brasileira: Um estudo a partir do desempenho exportador dos anos 80”.** Dissertação de Mestrado em economia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de economia. UNICAMP, 1996. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000106092>. Acesso em 08/12/2014.

GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fátima BerardineliArraes. **O Desenvolvimento de Ambiente Favorável no Brasil para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto.** Brasília, 2005.

GUIMAR, Alexandre Queiroz. **A Economia Política do Modelo Econômico Chinês: O Estado, o mercado e os principais desafios.** Texto para discussão n°. 02/2009. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. 2009. Disponível em <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2009/68-td2-a-economia-politica-do-modelo-economico-chines-o-estado-o-mercado-e-os-principais-desafios/file>. acesso em 08/12/2014.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HUANG, W; WILKES, A. **Análise de política de investimento da China no exterior.** Documento de trabalho 125. Bogor, Indonesia: CIFOR, 2013. Disponível em http://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP125CIFOR.pdf. acesso em 02/12/2014.

KOSHIYAMA, Daniel Bohn. **Crescimento Econômico e Comércio Externo: Teorias e Evidências empíricas para o Brasil.** Mestrado em Economia do Desenvolvimento. Porto Alegre, 2008.

JÚNIOR, Paulo Nogueira Batista. **O Brasil e a Economia Internacional.** Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005, 175 páginas.

JÚNIOR, Alcides Mário Amaral de Oliveira. **Estratégias de desenvolvimento do Brasil e da China.** Dissertação mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

LAMONICA, Marcos Tostes. **Modelos de Crescimento Induzido pela Demanda Compatível com Restrição Externa:** a herança de Kaldor. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 22, número 2 (40) pp. 291-320. São Paulo, 2011.

LAMONICA, Marcos Tostes; FEIJO, Carmem Aparecida. **Crescimento e Industrialização no Brasil: Uma interpretação à luz das propostas de Kaldor.** Revista de Economia Política, vol. 31, nº 1 (121), pp. 118-138. 2011.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n1/a06v31n1>. Acesso em 19/12/2014.

LAZZARI, Marinho Roberto. **Investimento direto estrangeiro e inserção externa na China, nos anos 90.** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p.169-204.2005.

Disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1037/1351>.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação.** 2010. 192 f. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento econômico.2010. Instituto de economia: UNICAMP. Campinas – Pe.2010.

LIMA, Fabio da Silva. **As Reformas Estruturais na China após 1978- A abertura da Economia.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas – SP, 2005. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000359326>. Acesso 17/09/2014.

MARTINS, Marcelene Aparecida. **O comércio exterior brasileiro nos anos 1980 e 1990: Estrutura e evolução do padrão de especialização.** Tese (Doutorado em Economia). UNICAMP, Campinas, 2004. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000357848>. Acesso em 19/12/2014.

MATTOS, Michelle. **Padrões de especializações no comércio Brasil - China.** 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293343>. acesso em 02/12/2014.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática.** *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2006, vol.26, n.3, pp. 381-400. ISSN 0101-3157. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000300004&script=sci_arttext. Acesso em 19/12/2014.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Economia e Política do Desenvolvimento Recente da China.** Revista de economia política, vol. 19, nº 3(75). 1999.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina.** In: TAVARES, M. C., FIORI, J. Poder e dinheiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Kamila Karen Bonamigo. **Fluxos de Investimento externo direto e seus determinantes na década de 1990.** Monografia. Unochapecó. Santa Catarina, 2010.

PAULA, Luiz Fernando. **O câmbio deve ou não flutuar? Lições do Brasil, China e Índia.** Revista Economia e Tecnologia. Editora UFPR. Curitiba: vol.1, n.3, 69-74. 2005.

PRATES, Daniela Magalhães. **Investimento de portfólio no mercado financeiro doméstico**. In: FREITAS, Maria Cristina Penido de (Org.) Abertura do sistema financeiro brasileiro nos anos 90. Disponível em <http://bookleaked.com/?p=302706>.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O Modelo de Desenvolvimento de Kaldor**. Revista Brasileira de Economia, 29 (2), 1975:51-67. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=178>.

SAMBATTI, Andréia Polizetti; RISSATO, Denise. **A relação entre os fluxos de capitais e a vulnerabilidade externa nas economias em desenvolvimento**. Disponível em <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminarario/IVSeminarario/Artigos/03.pdf>. Acesso em 19/12/2014

SAMBATTI, Andréia Polizeli; RISSATO, Denise e BRANDENBURG, Augusto Cezar. **Investimento Externo Direto e a Inserção Internacional dos Países em Desenvolvimento: A experiência da China e do Brasil**. V Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas. Cascavel – PR, 2009. Disponível em http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIISeminarario/PESQUISA/ECONOMIA/ARTIGO_83.pdf. Acesso em 19/12/2014.

SARQUIZ, José Buainain. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 248p. Acesso em 17/11/2014.

SILVA, Danielle Barbosa Lopes. **O Impacto da Abertura Comercial sobre a Produtividade da Indústria Brasileira**. Dissertação de mestrado para obtenção do título de Mestre em Finanças e Economia Empresarial. Fundação Getúlio Vargas. 2004. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/319/1767.pdf?sequenc>. Acesso em 05/09/2014.

SULEIMAN Amanda Bataglini. **O salto econômico da China: Crescimento e mudança**. 45 f. Monografia apresentada a Faculdade de Economia, Fundação Armando Alvares Penteado. São Paulo, 2008. Disponível em http://www.faap.br/faculdades/economia/pdf/monografias/amanda_battaglini.pdf. Acesso em 20/08/2014.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro - Uma economia política da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.